

INTERESSE NACIONAL

ANO 18 • NÚMERO 71 • OUTUBRO-DEZEMBRO 2025

www.interessenacional.com.br e www.interessenacional.com

Excepcionalismo americano

Luiz Gonzaga Belluzzo

Pax Americana, Pax Sinica e o Brasil

Carlos Alberto Primo Braga

A história das grandes guerras mundiais se repetirá?

Roberto Giannetti da Fonseca

Relações Brasil-EUA na era Trump

Stanley Gacek e Anthony W. Pereira

Emendas Parlamentares: saga do esgarçamento nas relações de poder no Brasil

Bruno Morassutti, Guilherme France, Juliana Sakai,
Katia Brembatti e Roberto Livianu

República das Bets: riscos e silêncios no jornalismo esportivo

Alisson Coelho

Entre a desesperança e a esperança: o papel do jornalismo

Rodrigo Lara Mesquita

A ideia do interesse nacional e da ferramenta diplomática

Paulo Roberto de Almeida



INTERESSE
NACIONAL

INTERESSE NACIONAL

Ano 18 • Número 71 • Outubro–Dezembro de 2025

Editora
Marili Ribeiro

Editor Responsável
Rubens Antonio Barbosa

CONSELHO EDITORIAL

André Singer	Luis Fernando Figueiredo
Carlos Eduardo Lins da Silva	Luiz Bernardo Pericás
Claudio de Moura Castro	Miguel Lago
Daniel Feffer	Renato Janine Ribeiro
Eugênio Bucci	Ronaldo Bianchi
João Geraldo Piquet Carneiro	Roberto Livianu
Joaquim Falcão	Roberto Pompeu de Toledo
José Luis Fiori	Sergio Fausto

INTERESSE NACIONAL é uma revista trimestral de debates
focalizada em assuntos de natureza política, econômica e social.
Copyright © dos trabalhos publicados pertence a seus autores.

Direitos reservados à
ASSOCIAÇÃO INTERESSE NACIONAL
Av. Paulista, 326 – 15º Andar – Conjunto 157 – Bela Vista
01310-000 • São Paulo • SP • Brasil
Tel. (11) 98178 20 99

ARTE E PRODUÇÃO GRÁFICA
Via Corporativa Comunicação • viacorporativa@viacorporativa.com.br • Tel. (11) 4327-1000



atendimento@lemidia.com • (11) 3078-5840

www.interessenacional.com • ISSN 1982-8497

Imagem da capa: www.pixabay.com

Sumário

.....

ANO 18 • NÚMERO 71 • OUTUBRO – DEZEMBRO DE 2025

04 APRESENTAÇÃO

ARTIGOS

.....

05 Excepcionalismo americano

Luiz Gonzaga Belluzzo

12 Pax Americana, Pax Sinica e o Brasil

Carlos Alberto Primo Braga

18 A história das grandes guerras mundiais se repetirá?

Roberto Giannetti da Fonseca

24 Relações Brasil-EUA na era Trump

Stanley Gacek e Anthony W. Pereira

31 Emendas Parlamentares: saga do esgarçamento nas relações de poder no Brasil

*Bruno Morassutti, Guilherme France, Juliana Sakai,
Katia Brembatti e Roberto Livianu*

39 República das Bets: riscos e silêncios no jornalismo esportivo

Alisson Coelho

47 Entre a desesperança e a esperança: o papel do jornalismo

Rodrigo Lara Mesquita

54 A ideia do interesse nacional e da ferramenta diplomática

Paulo Roberto de Almeida

Apresentação

Ano 18 – número 71 – outubro/dezembro 2025

O EXCEPCIONALISMO DO ATUAL MOMENTO AMERICANO ganha na *Revista Interesse Nacional* artigos que aprofundam o debate mundial sobre o agravamento das condições em que economia e política se veem inseridas. A dívida pública americana atinge, em 2025, a astronômica cifra de US\$ 36 trilhões, acima de 100% do valor de seu PIB. Um cenário desafiador e que contribuiu para o surgimento do movimento nacionalista que reelegeu Donald Trump e que alimenta especulações sobre a possibilidade de que a era da Pax Americana esteja chegando ao fim, ao mesmo tempo que cresce o poderio econômico e militar da China.

USAR TARIFAS ALFANDEGÁRIAS A FIM DE AUMENTAR a competitividade de produtos domésticos em relação aos similares importados, buscando reduzir déficits da balança de pagamentos, é tática conhecida na história da humanidade e levou a grandes guerras como resultado da diminuição da produção, do desemprego em massa e do declínio generalizado do comércio mundial. Nossos colaboradores apontam que, à luz da história, não há dúvida de que as causas identificadas na raiz das duas guerras mundiais no século XX estavam diretamente relacionadas à generalizada discriminação econômica e às resultantes disputas comerciais entre as potências econômicas à época.

SE O CENÁRIO EXTERNO SEGUE EM POLVOROSA, o interno não se mostra muito animador. O debate sobre a atuação do Congresso Nacional em torno do papel das emendas parlamentares na vida política se faz necessário. Articulistas convidados analisam e tratam o tema como uma saga do esgarçamento nas relações de poder no país que requer revisão urgente. Na mesma linha de raciocínio, a apelidada “república das bets” – sobre o crescente mercado de apostas esportivas no Brasil – é apresentada pelos altos riscos inerentes que oferece e são negligenciados.

ESTÃO TAMBÉM NA EDIÇÃO ANÁLISE DO PAPEL DO jornalismo e das ferramentas diplomáticas na defesa dos interesses nacionais e da democracia.

BOA LEITURA, OS EDITORES.

Excepcionalismo americano



■ **LUIZ GONZAGA BELLUZZO** é economista e professor, formado em Direito e Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), pós-graduado em Desenvolvimento Econômico pela Cepal e doutor em Economia pela Unicamp

A deportação de imigrantes pelo governo Trump foi analisada como um evento excepcional na história norte-americana. No entanto, uma caminhada pelos desvarios incrustados na história do Irmão do Norte traria informações que desmentem a excepcionalidade das proezas de Donald Trump e seus asseclas. No artigo *American Exceptionalism*, Daniel Deudney and Jeffrey Meiser desvendam as origens da autolouvação norte-americana, que invoca o caráter único e superior de sua posição no âmbito dos Estados Nacionais. “Desde a sua fundação, há quase um quarto de milênio, os Estados Unidos da América se consideram e são amplamente percebidos como excepcionais.”

Os autores discorrem sobre os movimentos contraditórios da afirmação desse excepcionalismo ao longo da história: “Na política americana e mundial contemporânea, o excepcionalismo americano significa coisas diferentes para as pessoas e países. Para alguns, é uma visão, para outros uma farsa, e para outros um pesadelo. Para alguns americanos, particularmente neoconservadores recentes, intoxicados de poder, a excepcionalidade americana é uma luz verde, uma justificativa e uma desculpa para todos os fins, para ignorar a lei internacional e a opinião pública mundial, para invadir outros países e impor governos”.

Na reafirmação de sua excepcionalidade, a trajetória dos EUA recebeu contribuição valiosa da Doutrina Monroe. Vou me valer da ousadia para esclarecer, de forma sucinta, os pontos centrais da doutrina formulada pelo presidente americano James Monroe (1817-1825). “América para os americanos” é a frase que resume uma das políticas externas mais antigas e emblemáticas dos EUA. A Doutrina foi apresentada em 2 de dezembro de 1823 pelo presidente Monroe em discurso perante o Congresso americano.

Na sua mensagem, Monroe emitiu alerta às potências europeias para que permanecessem fora do continente americano. Aqueles eram os anos posteriores às independências que as Nações americanas ganharam frente às monarquias da Espanha, França ou Portugal. "Os continentes americanos, pela condição de liberdade e independência que assumiram e mantêm, não deverão doravante ser considerados sujeitos de futura colonização por qualquer potência europeia", disse Monroe no Congresso do seu país. Ele afirmou que qualquer intervenção seria considerada um ataque aos próprios Estados Unidos e garantiu que o seu país não se envolveria em nenhuma disputa na Europa.

A solidariedade anticolonialista culminou em uma política expansionista e à proteção dos interesses econômicos dos EUA no Hemisfério Ocidental. É importante registrar os contornos da “nova ordem mundial” imposta pelos EUA depois da queda do Muro de Berlim. A “nova ordem” foi o resultado do exercício, sem peias, do poder dos Estados Unidos. As normas da mercantilização generalizada e da concorrência universal, apresentadas como forças naturais, refletem, na verdade, a predominância dos interesses do país dominante sobre o resto do mundo. As reformas liberais vêm sendo impostas aos governos da periferia pelos organismos internacionais – Banco Mundial, FMI, BID – que, por sua vez, funcionam como executores das políticas compatíveis com a preservação da Ordem Americana.

Ainda não estão claras as consequências da disseminação dos padrões americanos sobre sociedades que apresentam trajetórias históricas diferentes daquelas percorridas pelo país do norte. O potencial de conflito não é desprezível, ainda que edulcorado por essa ideia de que ingressamos no caminho sem volta da harmonia universal.

■ Episódio Charles Chaplin nos EUA

Vou recorrer ao episódio da perseguição a nosso Carlitos – Charles Chaplin. A perseguição foi desatada pelo governo americano na era do macartismo. Na derradeiro capítulo de sua autobiografia, Carlitos faz relato de uma entrevista que, às vésperas de sua partida da América, Chaplin concedeu aos jornalistas americanos:

“Depois que eles serviram alguns coquetéis, eu apareci, mas imediatamente senti o cheiro de alguma coisa.

Falei atrás de uma pequena mesa e, exibindo toda a capacidade de sedução que pude, disse: "Como vocês estão, senhoras e senhores? Estou aqui para informá-los de tudo o que possa lhes interessar em relação ao meu filme e meus planos futuros”.

Eles permaneceram em silêncio.

"Não falem todos de uma vez", eu disse, sorrindo.

Finalmente, um jornalista que estava sentado quase em frente disse:

"Você é comunista?"

"Não", respondi categoricamente. "A próxima pergunta, por favor."

Então, uma voz começou a murmurar algo. Achei que ele seria meu "amigo" do Daily News, mas ele se destacou por sua ausência. O orador era um sujeito de aparência elegante, com o casaco, curvado sobre um manuscrito, do qual estava lendo alguma coisa.

"Com licença", eu disse. "Você terá que lê-lo novamente; não entendo uma palavra do que você está dizendo."

"Nós", começou ele, "os ex-combatentes católicos da guerra..."

"Não estou aqui para responder aos veteranos católicos da guerra", interrompi-o. "Esta é uma conferência de imprensa."

"Por que você não se tornou um cidadão americano?" disse outra voz.

"Não vejo nenhuma razão para mudar minha nacionalidade. Eu me considero um cidadão do mundo", respondi.

Houve uma grande agitação. Duas ou três pessoas queriam conversar ao mesmo tempo. No entanto, uma voz dominou as outras:

"Mas você ganha dinheiro nos Estados Unidos."

"Bem", eu disse, sorrindo, "se você falar de uma perspectiva de negócios, vamos direto aos fatos. Meus negócios são internacionais: 70% da minha renda ganho no exterior, e os Estados Unidos tributam 100%. Então, você vê, sou um hóspede muito bem pago".

O da Legião Católica atacou novamente com voz estridente: "Quer você ganhe seu dinheiro aqui ou não, nós que desembarcamos nas costas da França lamentamos que você não seja um cidadão desta nação".

"Você não é o único homem que desembarcou nessas praias", eu disse. "Meus dois filhos também estavam lá, no Exército de Patton, firmes na linha de frente, e eles não saem por aí se gabando ou explorando o fato, como você está fazendo".

Eu gostaria de dizer a eles que, quanto mais cedo eu estivesse livre daquele ambiente carregado de ódio, melhor, e que estava farto dos insultos e da moral hipócrita da América e que a coisa toda era um grande incômodo. Mas tudo o que eu tinha estava nos Estados Unidos e estava com medo de que eles pudessem encontrar uma maneira de confiscá-lo. Agora eu poderia esperar qualquer ação inescrupulosa deles."

Em sua segunda eleição, Donald Trump fez vibrar a corda sensível da alma dos americanos brancos subempregados no Meio-Oeste desindustrializado. Os últimos 40 anos prometeram a prosperidade e entregaram a pobreza escorada no *Food Stamps*, o programa de subsídio alimentar. "A América vai ser grande outra vez" ou "Vamos devolver os empregos aos americanos". Em suas arengas, Trump promete impor tarifas sobre produtos chineses, além de promover a volta das empresas americanas (des)localizadas no México.

■ Subempregados e precários

Para espantar a estupefação, muitos gritam: "Protecionismo! Populismo!" Os subempregados e precários não estão preocupados com o que pensam os adeptos do livre-comércio. Querem seus empregos de volta.

Vou relembrar o "fechamento" das economias nos anos da Grande Depressão. Sugiro uma olhadela na lei americana Smoot-Hawley, de 1930, que elevou brutalmente as tarifas. Em seguida, a Inglaterra abandona o padrão-ouro, em 1931, e os EUA caem fora em 1993. As tarifas e as desvalorizações competitivas produziram brutal contração do comércio internacional. A deflação de preços das *commodities* e produtos industrializados comprovou o óbvio: se todos tentam desvalorizar, ninguém consegue, ainda que alguns consigam mais que os outros.

Na Alemanha, Hjalmar Schacht, o banqueiro de Hitler, lançou em 1934 o Novo Plano. O "plano" impunha uma brutal centralização do câmbio. Transações em moeda estrangeira não poderiam ser efetuadas diretamente entre residentes e não residentes. Tudo tinha de passar pelo controle e permissão da burocracia do Reichsbank. A violação dessas normas era considerada "crime de alta traição à Mãe-Pátria". Os métodos extremos de controle cambial incluíam adoção de práticas de comércio bilateral com os países da periferia europeia e sul-americana, que estavam praticamente alijados de negócios internacionais desde o *crash* de 1929.

Um livre-cambista pode degustar o texto do *Tariff Act* saboreando a releitura da biografia de Schacht. Desgraçadamente, as baboseiras do liberalismo econômico empurram as sociedades e suas democracias para a destruição do liberalismo político.

Penso nos EUA e na China empreendendo uma escalada protecionista na era da globalização. As palavras de ordem do protecionista e populista Trump são proclamadas em meio a insultos aos latinos e ameaças de violência contra os adversários.

O *establishment* americano está à beira do pânico. Diante da agressiva campanha eleitoral, já seria possível antecipar os riscos envolvidos em uma possível eleição de Trump. Depois dos confrontos entre apoiadores e oponentes do desvairado presidente, republicanos “moderados” e seus financiadores trataram, sem sucesso, de impedir a vitória do simulacro de Hitler.

Para adicionar infâmia à injúria, diante da agressividade de Trump, a revista *Der Spiegel*, invocou Frauke Petry, a jovem líder do partido de extrema-direita Alternativa para a Alemanha. A jovem ultradireitista não oferece alternativas. Só negativas: contra os refugiados, contra a Europa, contra o Euro, contra o Tratado Transatlântico de Comércio e Investimento. Contra, contra, contra.

A revista *Der Spiegel* não apalpa: “A estratégia de apresentar uma solução única e incontestável deve ser reavaliada. Caso contrário, o mundo estará encarando uma era na qual serão cada vez mais fortes aqueles que não oferecem qualquer solução, os que só oferecem rejeição e medo”.

No Brasil da Avenida Paulista, além das heranças e sestros da casa-grande, pulsavam os desconfortos com a crise econômica deflagrada pelos aloprados dos mercados financeiros, em contubérnio com um governo Bolsonaro aturdido por suas próprias incoerências. Vou repetir o aconselhamento da revista *Der Spiegel*: “A estratégia de apresentar uma solução única e incontestável deve ser reavaliada. Caso contrário, o mundo estará encarando uma era na qual serão cada vez mais fortes aqueles que não oferecem qualquer solução, os que só oferecem rejeição e medo”.

As promessas e ameaças de Donald Trump reproduzem episódios já vividos nos labirintos da economia global. Digo “reproduzem” para exprimir a incompatibilidade do factual imediato com a concepção que advoga a dinâmica das estruturas nas trajetórias das economias de mercado monetário-financeiras capitalistas.

A mais conhecida e dolorosa reestruturação daquilo que, parodiando Schumpeter, poderíamos chamar de Ordem Capitalista, começou a se desenvolver a partir dos anos 30 e encontrou seu apogeu nas duas primeiras décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Esta reordenação foi uma resposta aos desastres provocados pelas “falhas” do mercado autorregulado, agravadas pelo apego dos governos a políticas fiscais e monetárias conservadoras. Esta miopia liberal-conservadora suscitou violentas reações de autoproteção da sociedade assolada por desgraças como o desemprego em massa, o desamparo, a falência, a bancarrota.

Neste período, a economia mundial foi palco de rivalidades nacionais irredutíveis, que se desenvolveram sem impedimentos, na ausência de mecanismos de coordenação capazes de conter as desesperadas iniciativas para escapar aos danos da crise. As ações particularistas, tomadas em defesa das economias nacionais ou de grupos sociais revelaram-se danosas para o conjunto.

■ Falhas do mercado autorregulado

Este foi o caso, no plano internacional, das desvalorizações competitivas que acabaram provocando uma contração espetacular dos fluxos de comércio e suscitando tensões nos mercados financeiros. Tais forças negativas propagavam-se livremente, sem qualquer providência dos governos, imobilizados pelos fetiches do padrão-ouro e do equilíbrio orçamentário. Assim, a economia global mergulhou numa espiral deflacionária que atingiu indistintamente os preços dos bens e dos ativos.

Frações importantes das burguesias europeia e americana tiveram que rever seu patrocínio incondicional ao ideário do livre-mercado e às políticas desastrosas de austeridade na gestão do orçamento e da moeda, diante da progressão da crise social e do desemprego.

Não bastasse isso, assim que a coordenação do mercado deixou de funcionar, setores importantes das hostes conservadoras aderiram aos movimentos fascistas e à, assim chamada, “estatização” (sic) impiedosa das relações econômicas, como último recurso para escapar à devastação de sua riqueza.

Aqui cabem considerações a respeito do recrutamento dos grandes industriais alemães pela liderança nazista. Reunidos por Goering no *Reichstag*, os grandes empresários ouviram o chanceler Adolf Hitler. Disse o *Führer*: “há que acabar com um regime fraco de Weimar, afastar a ameaça comunista, eliminar sindicatos e permitir que cada empresário fosse o *Führer* de sua própria empresa”. O discurso durou meia hora. Quando Hitler terminou, Gustav Krupp levantou-se,

deu um passo à frente e, em nome de todos os presentes, agradeceu-lhe por ter finalmente esclarecido a situação política. O chanceler deu uma volta rápida em torno da mesa quando saiu. Eles o parabenizaram cortesmente.

A opinião convencional e conservadora insiste em afirmar a “estatização” da economia alemã na era nazista. Alguém mais atilado poderia argumentar que, na verdade, ocorreu uma brutal privatização da política econômica alemã.

Malgrado as diferenças históricas, são inequívocas as semelhanças de inspiração entre o programa de Trump e as políticas econômicas dos regimes nazifascistas dos anos 30 do século XX. As semelhanças abrangem a proclamação da primazia do interesse nacional; a privatização do Estado, ocupado diretamente por um comitê de grupos empresariais do Vale do Silício; e a politização da economia, administrada despoticamente pelo estatal-privatismo, na contramão da "liberdade de mercado". A onipresença dos poderosos das plataformas e das finanças no gabinete de Trump mimetiza o poder da Siemens e da Krupp na política econômica do III Reich.

Karl Polanyi, em sua obra *A Grande Transformação*, escrevendo sobre esse momento da história, mostrou como a revolta contra o despotismo do “econômico” revelou-se tão brutal quanto os males que a economia destravada vinha impondo à sociedade. Estudando o avanço do coletivismo, nesta quadra, Polanyi conclui que não se tratava de uma patologia ou de uma conspiração irracional de classes ou grupos, mas sim da emergência de forças gestadas nas entranhas do mercado destravado.

Com o colapso dos mecanismos econômicos, a superpolitização das relações sociais tornou-se inevitável. O despotismo da mão invisível teria de ser substituído pela tirania visível do chefe. O político e a polícia começaram a invadir todas as esferas da vida social, como se fossem suspeitas de quaisquer formas de espontaneidade. ■

Pax Americana, Pax Sinica e o Brasil



■ **CARLOS ALBERTO PRIMO BRAGA** é professor da Fundação Dom Cabral, doutor em Economia pela University of Illinois, mestre em Economia pela USP e engenheiro mecânico pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Foi diretor de Política Econômica e Dívida do Banco Mundial

A economia mundial vem enfrentando uma série de percalços nas últimas décadas: a crise financeira global, a crise da zona do euro, os impactos da pandemia da Covid 19 e conflitos geopolíticos (por exemplo, no Leste Europeu e no Oriente Médio). O ano de 2025, por sua vez, vem sendo marcado por mudanças significativas na política comercial dos EUA e por uma atitude de descaso da administração Donald Trump com relação à governança multilateral.

O momento atual alimenta especulações sobre a possibilidade de que a era da *Pax Americana* esteja chegando ao seu final. Ao mesmo tempo, o crescente poderio econômico e militar da China vem gerando questões sobre a possibilidade de uma versão contemporânea da *Pax Sinica*. Esse artigo analisa as implicações potenciais dessa transição para a governança multilateral e para o Brasil.

■ *Pax americana: o final de uma era?*

A história da civilização é marcada por vários episódios de paz e estabilidade relativa associados com a dominância de diferentes “impérios”. A *Pax Romana*, por exemplo, está associada com os quase 200 anos da história do império romano a partir do imperador Augustus (27 AC) até o reinado de Marcus Aurelius (morto em 180 AD). O conceito de *Pax Sinica*, por sua vez, está identificado com várias dinastias chinesas, em particular, a Dinastia Han no período 202 AC até os primeiros anos da era cristã. Já a *Pax Britannica* é usualmente identificada com o período 1815 -1914. Independentemente da sua duração esses episódios têm fases de auge e declínio. A estabilidade do “império” não é inevitável, seja por causa da acumulação de problemas domésticos seja por pressões externas.

O conceito de uma *Pax Americana* está associado com o período pós-Segunda Guerra Mundial, uma era marcada pela hegemonia econômica e militar dos EUA,

a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a consolidação do dólar como moeda de referência para o sistema financeiro internacional, o papel relevante de instituições de governança multilateral como o FMI e o Banco Mundial, a influência cultural dos EUA e a globalização econômica facilitada por negociações multilaterais de comércio, ancoradas nos princípios do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT, 1947), que se tornaria um dos pilares da Organização Mundial de Comércio (OMC, 1995).

No âmbito militar e geopolítico, a dominância dos EUA era contestada pela União Soviética e o seu bloco “aliado”. A Guerra Fria caracteriza boa parte desse período, como ilustrado por numerosos conflitos regionais (Coréia, Vietnam, guerras civis na África etc.). O colapso da URSS (1991), no entanto, é geralmente interpretado como o marco final da Guerra Fria.

Nesse contexto, a proposição de que a *Pax Americana* teria encaminhado a sociedade global para o “fim da história”, como discutido por Francis Fukuyama em seu ensaio de 1989, gerou um debate acalorado.¹ Fukuyama observou que com a dissolução iminente da União Soviética não existiriam mais competidores sérios para a ordem global associada com a *Pax Americana* e os seus pilares no capitalismo de mercado, globalização e, em particular, em sistemas democráticos liberais.

Ele observava que as últimas décadas do século XX estavam sendo caracterizadas pelo colapso de regimes totalitários de direita (ditaduras militares na América Latina) e de esquerda (os regimes comunistas do Leste Europeu). Ele reconhecia que os regimes políticos que estavam surgindo não tinham necessariamente as características plenas de democracias liberais. Mas na sua avaliação havia uma aspiração global para a adoção de sistemas democráticos, bem como a favor do neoliberalismo no âmbito de políticas econômicas.

Mas as “sementes” das crises que viriam a contestar essas teses já estavam germinando. A crise financeira global e a crise da zona do euro alimentaram movimentos populistas nos EUA e na Europa, culminando em 2016 com a eleição de Trump e o referendo a favor do Brexit no Reino Unido. A resiliência e o dinamismo da China, o exemplo mais evidente de uma alternativa política à democracia liberal, contribuíram para solapar a crença no “fim da história”.

Escrevendo em 2017, observei que a experiência histórica ilustrava que na falta de liderança explícita das principais potências econômicas, instituições multilaterais dificilmente alcançariam os seus objetivos, caso da experiência da Liga das Nações. Nesse contexto, a ideologia e os atos da primeira administração Trump com respeito à política comercial dos EUA não permitiam otimismo com relação ao futuro da governança global no século XXI.²

Os primeiros meses da segunda administração Trump em 2025, por sua vez, ampliaram de forma dramática essa preocupação. As ações desse período vêm solapando ainda mais os pilares da *Pax Americana* seja com respeito ao papel de instituições multilaterais, bem com a adoção de uma política comercial explicitamente protecionista e dúvidas sobre a estabilidade de alianças militares.³ Historicamente os EUA utilizaram tarifas com base nos seguintes objetivos: gerar receitas tributárias, restringir importações para proteger produtores domésticos e promover reciprocidade. E no pós-Segunda Guerra Mundial, os EUA tiveram um papel fundamental na adoção do GATT. No GATT, o conceito de reciprocidade é articulado em termos do princípio incondicional de nação mais favorecida (*Most Favored Nation*, MFN).

O tratamento comercial oferecido por uma parte contratante do GATT deve replicar os termos mais favoráveis disponíveis em suas relações bilaterais com outros membros signatários do GATT (com exceções nos casos de acordos de livre-comércio e práticas desleais de comércio). Essa abordagem gera incentivos para uma liberalização comercial progressiva. Em contraste, a administração Trump vem adotando uma abordagem baseada em reciprocidade negativa, em que as tarifas dos EUA devem refletir o nível das tarifas aplicadas às exportações dos EUA em cada caso.

Com o objetivo de acelerar a implementação e a flexibilidade de suas medidas de política comercial, a administração tem utilizado o *International Emergency Economic Powers Act* (IEEPA, 1977), que autoriza intervenções na regulamentação de transações econômicas internacionais no caso de emergência nacionais. Ao declarar o déficit comercial dos EUA como uma emergência nacional, o IEEPA passou a fornecer a base legal para a adoção das tarifas recíprocas anunciadas no *Liberation Day* (02/04/2025).

Tarifas recíprocas para cerca de 185 países e territórios foram anunciadas. O cálculo dessas tarifas foi recebido com um misto de incredulidade e observações sobre a arbitrariedade dos cálculos. A fórmula basicamente utiliza o déficit comercial em bens dos EUA com cada país dividido pelo valor das importações que vêm do parceiro comercial. Esse resultado foi dividido pela metade para refletir, segundo Trump, a magnanimidade dos EUA.

O anúncio das tarifas recíprocas gerou reações nos mercados financeiros. No dia 8 de abril, os EUA observaram movimentos inesperados nos mercados de ações, de títulos governamentais e do dólar. Pela primeira vez desde 2002, esses três mercados sinalizaram resultados negativos simultaneamente – um episódio que o mercado caracteriza com um *triple red*. O dólar dos EUA é beneficiado pelo seu papel de moeda de referência para a economia global. Em momentos

de crise, quando o mercado acionário declina, tipicamente o dólar aprecia e os títulos do Tesouro atraem mais compradores. Em abril, o cenário mudou com quedas observadas no mercado acionário, depreciação do dólar e dos títulos governamentais, um comportamento típico de mercados em economias emergentes.

Os mercados se estabilizaram rapidamente, mas o susto foi suficiente para a administração Trump postergar a imposição das tarifas recíprocas em 9 de abril. Essa pausa deveria durar até 8 de julho e negociações com China, Reino Unido e União Europeia foram marcadas por acordos parciais com o objetivo de desescalar as tensões. Em 9 de julho, os EUA iniciaram o envio de cartas para diferentes países anunciando novas tarifas que passariam a ser aplicadas a partir de 1 de agosto.

No caso do Brasil, a tarifa anunciada foi de 50% em contraste com os 10% anunciados em 2 de abril. Essa tarifa tem uma motivação política – o processo judicial contra o ex-presidente Bolsonaro – ao invés de um objetivo econômico associado com redução de déficits comerciais.⁴ No dia 30 de julho, os EUA anunciaram uma lista de exceções à tarifa de 50%, abrangendo cerca de 694 produtos (incluindo aviões, óleos brutos de petróleo, suco de laranja congelado, ferro fundido bruto e pastas químicas de madeira). As exceções amenizam o impacto das medidas protecionistas dos EUA, já que cerca de 41% das exportações brasileiras em termos de valor no primeiro semestre de 2025, continuariam a ser taxadas com uma tarifa de 10%.

O caso da Índia também ilustra a dimensão política das decisões tarifárias dos EUA. A tarifa recíproca inicial anunciada para a Índia foi de 25%. No dia 6 de agosto, porém, a administração Trump anunciou tarifa adicional de 25% contra a Índia, aumentando para 50% a tarifa que passou a prevalecer a partir de 27 de agosto. Se a lógica utilizada para a decisão original era corrigir o déficit comercial dos EUA com a Índia (cerca de US\$ 45,7 bilhões em 2024), a sobretaxa adicional é racionalizada como uma forma de punir a Índia pelas suas importações de petróleo russo, que seriam uma fonte importante de financiamento da “máquina de guerra” da Rússia.

A arbitrariedade das decisões tarifárias dos EUA vem contribuindo para o redesenho de alianças econômicas ao redor do mundo. Essas medidas também afetam a relevância da OMC. Cabe assinalar que cerca de 74% dos fluxos de comércio de bens ainda ocorrem nos termos das tarifas MFN da OMC. Mas essa cifra era de cerca de 80% no início de 2025. Além disso, a política errática dos EUA vem contribuindo para a desaceleração do comércio internacional.⁵ A incerteza associada com as idas e vindas da política comercial dos EUA continuará nos próximos meses. No dia 29 de agosto, a *Federal Circuit Court of Appeals* votou (7 a 4) para confirmar que o presidente teria excedido a sua autoridade ao utilizar a IEEPA para a imposição de tarifas. O executivo irá apelar

para a Corte Suprema dos EUA contra essa decisão, mas nesse interim as tarifas permanecem.

O uso de tarifas como uma forma (equivocada) de reduzir o *déficit* comercial dos EUA e promover a reindustrialização da economia americana é o instrumento mais marcante da estratégia econômica da administração Trump. Mas essa estratégia também se baseia na tese de que o papel dos EUA como “polícia global”, bem como a função do dólar como moeda de referência para a economia mundial, gera mais custos do que benefícios.

Pressões sobre países aliados para aumento dos seus orçamentos militares e uma preferência por uma política monetária que favoreça a desvalorização do dólar complementam a estratégia atual. Em síntese, a estrutura de instituições e práticas econômicas subjacentes à *Pax Americana* não são mais consistentes com as prioridades da Era Trump. Nesse contexto, a questão inevitável é: há uma opção em termos de governança global frente ao declínio da *Pax Americana*?

■ Uma nova *pax sinica*?

O crescente poderio econômico e militar da China sugere uma alternativa possível. Evidentemente os princípios de uma nova *Pax Sinica* são bem distintos daqueles que marcaram as últimas décadas sob a *Pax Americana*. A retórica a favor do multilateralismo permanece, mas a prática das políticas econômicas chinesas tem um viés intervencionista em contraste com os princípios liberais que tipicamente permearam a política externa e econômica do Ocidente. Em particular, fica a questão: qual o papel de valores associados com democracias ocidentais no contexto de uma *Pax Sinica*?

O encontro recente da Organização de Cooperação de Xangai (OCS) em Tianjin tem um simbolismo claro nesse contexto. Mais de 20 líderes – muitos deles associados com os princípios do Sul Global com ênfase em princípios de soberania, autodeterminação e justiça social – participaram no evento. As presenças da Rússia, da Bielorrússia, do Irã e de Myanmar, porém, ilustram o viés autocrático do projeto chinês.

É evidente que a atratividade da coalizão liderada pela China está associada com as oportunidades de relações econômicas com uma das maiores economias do mundo em termos de comércio e investimentos em infraestrutura. Cabe, porém, reconhecer que a OCS como coalizão militar é caracterizada por rivalidades históricas entre alguns dos seus membros (Índia e Paquistão). Em síntese, uma *Pax Sinica* dificilmente alcançará o nível de adesão global e influência econômica e geopolítica que outrora caracterizou a *Pax Americana*.

■ Considerações finais

O declínio da *Pax Americana* e as limitações da *Pax Sinica* sugerem que estamos entrando em uma era de rivalidade multipolar. A competição geopolítica irá moldar uma ordem global caracterizada por esferas de influência e interdependência econômica.

Para o Brasil, isso irá exigir não apenas pragmatismo e agilidade diplomática, mas também o reconhecimento dos limites de declarações de neutralidade. Os nossos laços econômicos com a China devem continuar a se fortalecer, muito embora oportunidades no contexto de um eventual acordo União Europeia-Mercosul possam diminuir essa dependência.

Infelizmente, as relações com os EUA continuarão a ser dominadas por um contencioso político alimentado por preferências ideológicas da administração Trump nos próximos anos. Há uma certa ironia nessa situação na medida em que, se utilizarmos como referência as votações na Assembleia Geral das Nações Unidas, observa-se que o Brasil, dentre os países do BRICS+, é o que, na prática, mais se aproximava das posições ideológicas tradicionais dos EUA.⁶ ■

■ Notas

1. Veja Fukuyama (1989).
2. Veja Primo Braga (2017), pp. 43-44.
3. Para maiores detalhes veja Primo Braga (2025a, 2025b).
4. Cabe assinalar que nos últimos 15 anos o Brasil acumulou um déficit de US\$410 bilhões em suas transações em bem e serviços com os EUA. Em 2024, o déficit brasileiro na balança comercial de bens com os EUA foi da ordem de US\$7,4 bilhões.
5. A estimativa de crescimento do volume de comércio de bens em 2025 diminuiu para 0,9%, em contraste com a previsão de um crescimento de 2,7% anterior à imposição das tarifas. Veja https://www.wto.org/english/news_e/news25_e/tfore_08aug25_e.htm.
6. Veja Seong, J. et al. (2025).

■ Referências bibliográficas

- FUKUYAMA, F., 1989, “The End of History?” *The National Interest* 16 (Summer): 3 – 18.
- PRIMO Braga, C.A., 2017, “The Threat of Economic Disintegration,” in C.A. Primo Braga and B. Hoekman, eds., *Future of the Global Trade Order*, 2nd-ed. Florença: EUI, IMD, FDC.
- PRIMO Braga, C.A., 2025a, “Brics, tecnologia, bullying e ‘desdolarização’,” *Valor Econômico* (21 de fevereiro).
- PRIMO Braga, C.A., 2025b, “A “Guerra” das Narrativas na Era Trump,” *Capa Brasil* (25 de agosto).
- SEONG, J. et al., 2025, “A new trade paradigm: How shifts in trade corridors could affect business,” McKinsey Global Institute (June).

A história das grandes guerras mundiais se repetirá?



■ **ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA** é economista, empresário e head do LIDE Comércio Exterior. Presidiu a Kaduna Consultoria e foi secretário da Câmara de Comércio Exterior (Camex). É autor dos livros: “Memórias de um Trader” e “Penúltimas Memórias”

Quando assistimos, cada dia mais perplexos, ao anúncio quase cotidiano das medidas tarifárias extemporâneas, arbitrárias, casuísticas, adotadas pelo governo Trump contra quase todos os países do mundo – numa retórica isolacionista e nacionalista semelhante à que Adolf Hitler adotou na ascensão do nacional socialismo na Alemanha em 1933 –, é impossível não deixar de observar as semelhanças históricas entre estes dois momentos, do passado e do presente.

Naquela ocasião do início da década de 30, o mundo ainda enfrentava os efeitos recessivos da grave crise da Grande Depressão de 1929, e, num reflexo defensivo, as principais nações europeias adotavam políticas intervencionistas no comércio exterior e na política cambial, procurando de forma artificial e agressiva defender seus mercados e seus empregos a qualquer custo, sem medir as consequências. A política de *beggar-thy-neighbor* ("empobrece teu vizinho") dos governos dos anos 30 — usando tarifas alfandegárias a fim de aumentar a competitividade de seus produtos domésticos em relação aos similares importados e assim reduzir os déficits da balança de pagamentos — ocasionou espirais inflacionárias em diversos países europeus, que, por sua vez, resultaram na diminuição da produção, no desemprego em massa e no declínio generalizado do comércio mundial.

À luz da história, hoje não temos dúvida em afirmar que as causas identificadas na raiz das duas guerras mundiais no século XX estavam diretamente relacionadas à generalizada discriminação econômica e às resultantes disputas comerciais entre as potências econômicas à época. Ocorreram nos anos 30

inúmeros acordos bilaterais de controle de comércio e mais especificamente um crescente conflito entre o sistema de trocas comerciais da Alemanha Nazi e o sistema de preferência imperial praticado pelo Reino Unido (pelo qual seus membros ou antigas colônias do Império Britânico eram beneficiados entre si por um *status* comercial especial). O resultado hoje em dia já sabemos qual foi: a concentração de poder em um pequeno número de Estados e a presença de uma potência dominante, querendo (e supostamente capaz de) assumir um papel de liderança, que resultou na catastrófica Segunda Guerra Mundial.

■ Semelhança com períodos de pré-guerra

Vejamos o que decorre do desfecho da II Grande Guerra: os países aliados vencedores percebem a imperativa necessidade de reorganizar a economia mundial através de um acordo que criou um sistema multilateral de comércio e de finanças, que ganhou o nome de Acordo de Bretton Woods, o nome da localidade em que o evento foi realizado, no estado norte-americano de New Hampshire, onde a Conferência dos Países Aliados criou a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e ainda semeou as raízes para inúmeras outras instituições de caráter multilateral como a Organização Mundial do Comércio (inicialmente GAAT e depois OMC a partir de 1995), UNESCO e UNCTAD, as quais moldaram as relações internacionais num contexto multilateral na segunda metade do século XX. Não temos dúvida em afirmar que foi toda esta estrutura de concerto multilateral entre as nações que permitiu a relativa paz e o enorme progresso econômico mundial obtido nas últimas décadas, mas que enfrenta agora um risco de iminente extinção e de grave retrocesso.

Quando, em 2001, em relatório do Goldman Sachs, assinado pelo então economista-chefe do banco Jim O'Neill com o título de *Building Better Global Economic - BRICs (Formando Melhores Tijolos para a Economia Mundial)*, surgiu termo acrônimo BRIC, concebido sem muita pretensão ou ambição na sua origem. No relatório, O'Neill apontava que os quatro países emergentes do grupo original (Brasil, Rússia, Índia e China) possuíam características socioeconômicas comuns e possuíam enorme potencial para investimento e crescimento nos anos futuros. O termo ganhou popularidade e, em 2009, o grupo foi criado oficialmente durante a primeira cúpula que aconteceu na Rússia. À época, somente os quatro países mencionados no relatório de O'Neill enviaram seus chanceleres à reunião. Já no terceiro encontro da coalizão, em 2011, a África do Sul passou a fazer parte. O objetivo consensual da criação do BRICS, em 2009, foi o de coordenar as posições dos países membros na tarefa de reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI). Era uma resposta aos efeitos da crise financeira de 2008 e seus eventuais impactos nos países emergentes.

O fato é que a partir de 2010 o grupamento informal dos países BRICS ganhou uma dimensão geopolítica extraordinária, especialmente diante de seu contingente populacional que agrega mais de 50% da atual população mundial, como também pelo exponencial crescimento das economias chinesa e indiana ao longo dos últimos 20 anos. No mesmo período, assistimos ao declínio da economia americana e europeia e ao crescimento do protecionismo tarifário e não tarifário dos países desenvolvidos. Especialmente os EUA enfrentam, desde os anos 90, déficits comerciais crescentes com seus principais parceiros comerciais, a China e a União Europeia, o que, conjugados com um *déficit* fiscal crônico, põem em risco sustentabilidade e solvência da maior economia mundial desde meados do século XX. A dívida pública americana atinge em 2025 a astronômica cifra de US\$ 36 trilhões, acima de 100% do valor de seu PIB. Este cenário desafiador levou ao surgimento de um movimento populista e nacionalista que teve, até o momento, seu ápice com a reeleição do presidente Donald Trump em 2024.

O embate geopolítico vem se agravando e ganhando moldura surpreendente: de um lado, os EUA adotando uma atitude insular, expulsando imigrantes, impondo de forma unilateral tarifas de importação arbitrárias, fazendo ameaças a países dos BRICS, e rejeitando, de maneira formal, o papel das instituições multilaterais do Acordo de Bretton Woods. De outro lado, os países dos BRICS, liderados pela China, buscam recriar nova ordem econômica mundial através da reforma das instituições multilaterais (talvez seja hora de um novo Acordo Bretton Woods 2.0) e desafiando a predominância e o uso do dólar como moeda de reserva e de transações internacionais.

■ País no epicentro da tensão mundial

Neste contexto global, exacerbado pela polarização geopolítica, o Brasil é posto, involuntariamente, no epicentro da tensão entre os dois blocos por conta de seus problemas políticos internos, que advêm da tentativa de golpe militar, ocorrido em 8 de janeiro de 2023, e o processo de julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, que culminou com sua recente condenação à prisão em regime fechado, juntamente com outros sete integrantes de sua equipe, inclusive militares de alta patente. Para não cairmos na armadilha de retóricas provocativas, tornou-se imprescindível uma atitude firme de defesa de nossa soberania, mas, ao mesmo tempo, de cautela e discrição nas nossas reações.

O desafio atual é complexo, pois trata-se de ser coerente e perseverante com a missão dos países BRICS no objetivo de buscar a reformulação do sistema multilateral de comércio e de finanças e, ao mesmo tempo, preservar o bom e histórico relacionamento econômico e diplomático com os EUA e demais países

do Ocidente. Não se trata de neutralidade ou ambiguidade, mas sim de uma visão pragmática e lúcida de ampliar o diálogo entre os blocos divergentes.

Neste contexto, discute-se intensamente qual seria a estratégia de negociação com o governo americano para se evitar que o denominado tarifaço de 50% de alíquota de importação prevaleça por longo prazo sobre inúmeros produtos brasileiros, prejudicando empresas e setores relevantes da economia nacional, com o consequente desemprego em massa nas exportadoras. Há muita divergência sobre este tema, seja na vertente jurídica que busca a nulidade dos atos executivos da Casa Branca, seja na vertente negocial, que busca responder com o diálogo bilateral uma solução consensual de acordo entre os dois países.

Mas, uma coisa é certa, se não tivermos poder de barganha na mesa de negociação, não conseguiremos evoluir de forma favorável nestas negociações. Logicamente, os temas políticos e de natureza ideológica que interferem em assuntos internos e com a soberania brasileira deveriam ser de pronto afastados, pois são intrinsecamente inegociáveis, na forma que os americanos gostam de se expressar: um eloquente *non starter*. Por outro lado, na pauta objetiva de temas comerciais e econômicos, que é o que interessa, temos de fato cardápio amplo, valioso e atrativo que beneficia reciprocamente os dois países e sobre o qual deveríamos nos debruçar com intensidade técnica para produzir um resultado tangível e satisfatório para justificar a redução das injustificadas tarifas punitivas sobre os produtos brasileiros importados para o mercado americano. Quais seriam, a princípio, as medidas que poderíamos relacionar neste *deal making* com o governo Trump?

Entre outras, sugeriria iniciarmos aqui com o tema que me parece mais relevante, estratégico e urgente: os famosos minerais críticos, entre os quais inserem-se as denominadas “terras raras” (especialmente o neodímio, que serve para fabricação de eletroímãs) – o nióbio, o titânio, o estanho (usado intensivamente como solda elétrica nos circuitos impressos de todos os produtos eletrônicos), o tungstênio (utilizado na indústria aeroespacial, indústria bélica, sondas de petróleo etc.). Todos estes minérios, com exceção do nióbio, têm uma característica comum: são abundantes no Brasil e na China.

A China, como detentora de amplas reservas minerais destes elementos e de tecnologias avançadas de processamento e de refino dos metais críticos de toda uma cadeia produtiva de produtos de valor agregado destes materiais, procura restringir as exportações dos minerais críticos, através de quotas quantitativas, ou mesmo de banimento de suprimento externo. Isto gera clima tenso no contexto geopolítico, pois afeta a segurança de indústrias estratégicas do Ocidente e dá à China um privilégio competitivo e negocial de alta relevância econômica e militar.

■ A hora dos metais críticos *made in Brazil*

Por que o Brasil ainda não aparece como um concorrente relevante neste segmento dos minerais críticos? A razão é simples de entender: apesar de possuímos reservas valiosas do ponto de vista geológico, toda vez que anunciamos investimento no desenvolvimento de jazidas, ocorre súbita queda nos preços destes metais, causando incerteza e insegurança aos investidores sobre a viabilidade financeira do projeto. Esta queda de preços obviamente tem como causa a sobreoferta momentânea do metal específico, causando um *dumping* no mercado internacional, e, desta forma, inibindo o surgimento de concorrentes fora da China.

Por anos, Brasil e EUA discutiram discretamente como investimentos e ajuda americana poderiam apoiar o país a explorar essas vastas reservas de terras raras e minerais críticos, uma das maiores do mundo. Mas agora, a crise diplomática aberta entre as duas maiores nações do continente americano ameaça acabar com anos de esforços dos EUA para ter acesso aos minerais críticos brasileiros. Ao concorrer com a China em minerais estratégicos cruciais para a economia mundial, ambas as nações teriam a ganhar com tal aliança, seja em resultados econômicos relevantes, seja em segurança estratégica e comercial dos países do Ocidente no futuro próximo.

O apoio financeiro e tecnológico americano poderia promover a lavra e o processamento dos minerais críticos no Brasil, e, por outro lado, o suprimento brasileiro poderia garantir uma oferta confiável e segura, reduzindo a dependência americana do instável fornecimento da China, que controla cerca de 90% do fornecimento mundial e já demonstrou disposição para retê-los em várias ocasiões de tensão geopolítica no passado recente. As conversas sobre essa aliança, que não haviam sido relatadas anteriormente, estavam em estágio inicial. Porém, os minerais críticos foram subitamente priorizados no diálogo aberto entre os dois países que eclodiu no mês passado. Portanto, como poderíamos evoluir neste ambicioso programa bilateral de minerais críticos?

Em primeiro lugar, devemos destacar que já está em curso no Congresso Nacional um marco regulatório dos minerais críticos e estratégicos, o Projeto de Lei – PL 2780/24, que propõe criar uma política nacional para esses minerais e, assim, ampliar a segurança jurídica e regulatória do setor de mineração brasileira. Neste PL, deveríamos destacar a necessidade imperativa de se estabelecer um regime de *fast track* para os processos de licenciamento mineral junto à Agência Nacional de Mineração (ANM) e de licenciamento ambiental, ao IBAMA ou Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, de forma a agilizar a viabilização destes projetos minerais. Torna-se necessário também estabelecer

contrato de suprimento de longo prazo entre o produtor exportador brasileiro e o importador consumidor americano – contratos conhecidos no setor como *Offtake Agreements*, no qual volumes anuais mínimos e preços fixos ou variáveis aceitáveis assegurem ambas as partes nos seus objetivos estratégicos e que garantam, ao mesmo tempo, a viabilidade econômica e operacional do empreendimento mineral.

Na legislação brasileira não há qualquer obstáculo ao investimento estrangeiro na atividade de extração mineral, salvo em áreas de fronteira. Portanto, o investimento direto de empresas americanas, seja isoladamente ou em associação com investidores brasileiros, torna-se desejável e factível. Cabe, ainda, destacar que, nos últimos dois anos, inúmeros empreendimentos minerais no Brasil foram adquiridos por empresas chinesas, o que adiciona elemento de atenção neste contexto geopolítico, do qual somos simultaneamente palco e atores.

Teríamos muitos outros tópicos para adicionarmos no cardápio de negociações recíprocas para torná-lo atrativo, com vistas a destravar a redução das tarifas alfandegárias sobre os produtos brasileiros para o mercado norte-americano. Entre outros, poderíamos destacar a questão locacional de *data centers* no território brasileiro, com suprimento de energia renovável competitiva, abundante e segura, muitas vezes em regime de *offgrid*; o Acordo de Não Bitributação, benéfico para as empresas brasileiras nos EUA e empresas americanas no Brasil; e ainda um programa conjunto de colaboração (ao invés de competição e confrontação) entre produtores de etanol dos dois países, com objetivo de expansão do mercado de etanol combustível e de produção conjunta do *Sustainable Aviation Fuel* a partir do etanol de segunda geração e de baixo carbono. Isto, no contexto da COP30, seria um gol de placa.

Neste momento da história da humanidade, deveríamos refletir e agir com pragmatismo e inteligência emocional, evitando acirramento de animosidades e confrontações, buscando o diálogo construtivo, racional e ações reciprocamente benéficas, pois, em última instância, estaríamos assegurando paz e prosperidade que deveriam ser, de forma permanente, os objetivos coletivos a nível global de uma humanidade que, diante de tantos progressos materiais e tecnológicos, ainda corre o risco de repetir erros cometidos no passado que causaram tantos prejuízos a todos ao redor do mundo. Diálogo, perseverança e equilíbrio devem ser as palavras de ordem nesta quadra da nossa história. ■

Relações Brasil-EUA na era Trump



■ **STANLEY GACEK** é advogado e consultor sênior de estratégias globais do Sindicato Internacional de Trabalhadores da Alimentação e do Comércio da América do Norte, membro dos conselhos: Consultivo do Programa Brasil, Diálogo Interamericano e Diretivo do Washington Brazil Office



■ **ANTHONY W. PEREIRA** é diretor do Roger Thayer Stone Center for Latin American Studies, professor de Ciência Política na Tulane University e professor visitante na School of Global Affairs do King's College London

Darren Beattie, subsecretário de diplomacia pública do Departamento de Estado dos EUA, recentemente chamou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moares de "coração pulsante" da "perseguição" e da "censura" ao ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro.¹ Essas palavras, que foram republicadas no X pela Embaixada dos Estados Unidos em Brasília, em 24 de julho de 2025, capturam o impasse que existe atualmente entre os governos dos EUA e do Brasil.

Em 9 de julho de 2025, o presidente Donald Trump publicou uma mensagem em sua conta do *Truth Social*, criticando a "caça às bruxas" contra Jair Bolsonaro e ameaçando impor tarifas sobre as exportações de produtos brasileiros de 40% acima da base universal de 10%, totalizando 50%, apesar do superávit comercial dos EUA com o Brasil. Essas tarifas entraram em vigor em 6 de agosto de 2025 e afetam 36% das exportações brasileiras para os EUA, incluindo carne, café, frutas, açúcar e máquinas agrícolas (quase 700 produtos foram isentos da tarifa de 40%). O Brasil tem a distinção nada invejável de sofrer as maiores tarifas americanas entre todos os países do mundo, junto com a Índia. As tarifas prometem prejudicar e distorcer seriamente a relação comercial entre o Brasil e seu segundo maior parceiro comercial, o destino de 12% do total das exportações de bens do Brasil.

Em 29 de agosto de 2025, o Tribunal Federal de Apelações dos EUA decidiu que muitas das tarifas impostas por Trump, incluindo aquelas impostas ao Brasil, não

eram legalmente autorizadas pela Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA). No entanto, o presidente Trump tem até 14 de outubro para recorrer à Suprema Corte dos EUA, adiando a implementação da decisão da instância inferior. Em outras palavras, as tarifas impostas às importações brasileiras ainda estão em vigor.

Neste contexto, um dos piores períodos das relações bilaterais entre os dois países em duzentos anos, o que pode ser feito para promover o entendimento e fortalecer a cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos? Tal projeto está fadado ao fracasso desde o início, dada a posição do governo Trump em relação ao Brasil?

O governo Lula vem sinalizando que quer negociar, mas parece não ter um canal de comunicação com a Casa Branca de Trump. A questão do julgamento de Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal é inegociável – o presidente Lula deixou claro que o Judiciário é um poder separado e autônomo no sistema constitucional brasileiro. No entanto, o governo brasileiro poderia oferecer tarifas mais baixas sobre as exportações de etanol dos EUA, por exemplo. Não há muito espaço para negociação, mas há algum.

■ Em defesa de uma aliança não escrita

Há quase um ano, os autores deste artigo analisaram a relação Brasil-EUA em seu bicentenário, e defendemos uma nova "aliança não escrita" entre as duas nações, lembrando o termo cunhado pelo historiador E. Bradford Burns. Parece que já faz muito tempo. No início do outono de 2024, havia um ambiente propício e promissor para tal ideia, baseado na cooperação e no engajamento ativo entre os governos Biden e Lula em diversas frentes.

A cúpula de Washington entre os presidentes Lula e Biden, em 10 de fevereiro de 2023, produziu um plano ambicioso para maximizar o potencial do relacionamento, com o fortalecimento da democracia, a promoção dos direitos humanos internacionais e a união de forças para enfrentar a crise climática no centro da agenda. Houve também o compromisso de revigorar o Plano de Ação Conjunta Brasil/EUA para Eliminar a Discriminação Racial e Étnica, bem como de avançar os objetivos da UNFCCC (Acordo Climático de Paris de 2015).

De acordo com a Declaração Conjunta da Casa Branca, ambos os líderes “expressaram sua determinação em combater a fome e a pobreza, fortalecer a segurança alimentar global, fomentar o comércio e remover barreiras, promover a cooperação econômica e fortalecer a paz e a segurança internacionais”, inclusive em relação ao conflito Ucrânia-Rússia, ao G20 e à reforma do Conselho de Segurança da ONU, com a possibilidade de expandir o número de assentos

permanentes para as nações da África e da América Latina. Biden também se comprometeu a doar US\$ 500 milhões ao Fundo Amazônia.

E em 20 de setembro de 2023, em Nova Iorque, Biden e Lula inauguraram a Parceria Global Conjunta EUA-Brasil pelos Direitos dos Trabalhadores — a primeira vez que ambos os países lançaram uma iniciativa ambiciosa de direitos trabalhistas em nível presidencial para o benefício dos trabalhadores no Brasil, EUA e restante do mundo.

A vitória eleitoral de Trump em novembro de 2024, seguida por sua posse presidencial em 20 de janeiro de 2025, certamente não eram os resultados desejados pelo presidente Lula. Elas interromperam abruptamente os esforços para maior aproximação entre os governos brasileiro e americano. Como Lula disse ao jornalista Kennedy Alencar em fevereiro do ano passado, "embora eu não seja um eleitor americano, obviamente acho que Biden é mais uma garantia para a sobrevivência do regime democrático no mundo e nos Estados Unidos". E, depois que Biden desistiu da corrida presidencial, sucedido por Kamala Harris, indicada pelo Partido Democrata, Lula teria dito a aliados em setembro de 2024 que "se Deus quiser, Kamala vencerá as eleições americanas".

Após a vitória de Trump, o presidente Lula publicou nas redes sociais que "o mundo precisa de diálogo e trabalho conjunto para ter mais paz, desenvolvimento e prosperidade" e desejou "sorte e sucesso" ao novo governo americano. No entanto, não telefonou para o presidente Trump para parabenizá-lo. Embora ambos os líderes tenham comparecido ao funeral do papa Francisco, no Vaticano em abril, não se encontraram nem conversaram pessoalmente naquela ocasião.

Trump mantém laços estreitos com o ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro, que foi citado por seu suposto envolvimento em conspiração para assassinar o presidente Lula, o vice-presidente Alckmin e outras autoridades brasileiras, além de ter sido indiciado por traição ao incitar um golpe de estado e uma insurreição em Brasília, em 8 de janeiro de 2023. Tais realidades complicam a dinâmica das relações imediatas entre Brasil e EUA, sem mencionar o que havia sido a ligação oficial do governo Trump com Elon Musk, que é um crítico implacável do STF e do ministro Alexandre de Moraes, dado o escrutínio do judiciário brasileiro e a suspensão anterior, embora temporária, da plataforma social "X" do próprio Musk.

O novo governo Trump inspira os oponentes de extrema-direita a Lula no Brasil. E os aliados da extrema-direita aliados de Bolsonaro nos Estados Unidos tentam tirar vantagem da situação, denunciando o atual governo brasileiro e suas instituições, alegando que o STF, incluindo o ministro Moraes, estaria violando os direitos humanos ao levar à Justiça os responsáveis pela insurreição de 8 de janeiro de 2023.

Eduardo Bolsonaro, deputado federal e um dos filhos do ex-presidente, está morando nos Estados Unidos devido à licença temporária do Congresso brasileiro. Ele é defensor da imposição de sanções americanas ao Brasil, para forçar as autoridades do país a interromper o processo contra os responsáveis pela violenta insurreição de 8 de janeiro, além de buscar pressão dos EUA sobre o Brasil para, em última instância, anular a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que impediu seu pai de concorrer a cargo eletivo até 2030.

Considerando a ordem geopolítica e econômica global, Lula e Trump parecem ser diametralmente opostos. Lula continua a defender o multilateralismo e a redução das barreiras protecionistas ao comércio internacional, enquanto Trump diz e faz exatamente o oposto. O governo Lula levou as tarifas americanas sobre o Brasil à Organização Mundial do Comércio. As tarifas propostas por Trump podem ter impacto devastador nos setores agrícola e energético do Brasil, potencialmente minando os esforços de Lula para revitalizar a economia, além de afetar o resultado das eleições no país em 2026.

O efeito imediato do anúncio do tarifaço foi aumentar modestamente o índice de aprovação do presidente Lula e de seu governo. Segundo pesquisas, a grande maioria dos brasileiros desaprova a política de Trump. No entanto, os efeitos econômicos e políticos das tarifas são difíceis de avaliar. Se, como parece provável, o governo Lula eventualmente impuser tarifas recíprocas de retaliação aos EUA, isso poderá aumentar as pressões inflacionárias no Brasil. Alguns analistas, no entanto, argumentam que o resultado poderia reduzir a inflação e ajudar o presidente Lula politicamente.²

Apesar das profundas diferenças e tensões entre os governos Lula e Trump, pode haver algumas circunstâncias atenuantes, mesmo que inadvertidas, dada a atual conjuntura global. O Brasil poderia servir como alternativa à China, como fonte de minerais e terras raras essenciais de que os EUA necessitam. O país possui capacidade industrial e infraestrutura para torná-lo um parceiro crítico dos EUA em outras cadeias de suprimentos estratégicas, como a farmacêutica. Se o governo Trump se concentrasse tanto no aumento da produção de combustíveis fósseis quanto em fontes alternativas de energia, poderia haver um diálogo estratégico contínuo entre os dois países. Da mesma forma, em relação à guerra na Ucrânia, tanto Lula quanto Trump parecem apoiar uma solução diplomática e negociações sobre a escalada militar.

■ Relações para além do poder executivo

Além disso, como argumentou o ex-embaixador americano Shannon, “a parceria que define o relacionamento” entre o Brasil e os EUA “não é apenas de governos,

mas também de sociedades”. A observação dele sobre a força dos laços entre a sociedade civil brasileira e americana é mais crucial agora do que nunca. Laços incluem aqueles entre os movimentos trabalhistas, ambientalistas, defensores dos direitos humanos, dos imigrantes, da igualdade de gênero e racial, além de acadêmicos e outros.

Neste momento, o foco nas relações entre governos não deve se limitar apenas aos poderes executivos em nível federal. As conexões e os intercâmbios entre os membros dos poderes legislativo e judiciário de ambos os países, que existem há anos, são agora mais importantes do que nunca. Além disso, os vínculos entre os governos estaduais e locais são muito estratégicos para o futuro do relacionamento como um todo.

Por exemplo, dada a saída do governo Trump do Acordo Climático de Paris, é provável que não haja apoio ou presença dos EUA à COP30, sediada, em novembro, em Belém do Pará. Mas certamente há potencial para o envolvimento e representação dos EUA, dado o interesse em fontes alternativas de energia e no combate às mudanças climáticas por parte de governadores estaduais e prefeitos, bem como de membros do Congresso dos EUA. A sociedade civil, especialmente o movimento ambientalista do país, deve estar presente com força total.

Os vínculos entre organizações da sociedade civil, membros do Judiciário, membros do Legislativo, bem como governos estaduais e municipais, quando considerados em conjunto, constituem uma dinâmica promissora para o futuro da relação Brasil/EUA, mesmo com as profundas diferenças e hostilidades de nível presidencial. Tal dinâmica pode servir como força de equilíbrio eficaz para o futuro da relação Brasil/EUA, servindo até mesmo como contrapeso aos excessos do atual regime Trump, incluindo sua política tarifária nociva e destrutiva, suas ameaças à democracia e ao Estado de Direito, seu desrespeito deliberado à proteção ambiental e à sustentabilidade, sua rejeição ao multilateralismo e às instituições globais, e a guerra que está travando contra imigrantes, incluindo brasileiros, que vivem e trabalham nos EUA.

Fortalecer alianças entre a sociedade civil brasileira e americana, neste momento crítico, certamente não está isenta de desafios, incluindo a política deliberada do governo Trump de cortar o financiamento e incapacitar o apoio americano anterior a tais iniciativas. Por exemplo, não há apoio contínuo do governo americano à PWR (Parceria Global Brasil/EUA pelos Direitos dos Trabalhadores), uma vez que todo o financiamento que vinha do Departamento do Trabalho dos EUA foi eliminado. As organizações da sociedade civil brasileira e americana precisam enfrentar esses desafios tomando a iniciativa elas mesmas. Os movimentos sindicais precisam restaurar a PWR e buscar outros aliados, incluindo aqueles

no programa multilateral MPOWER para o avanço da liberdade sindical e dos direitos de negociação coletiva. O MPOWER conta com a participação de governos amigos e pró-trabalhadores, incluindo Espanha e África do Sul.

As alianças culturais e sociais entre o Brasil e os Estados Unidos são essenciais para manter e promover o relacionamento crítico entre as duas maiores potências das Américas. ■

■ Notas

1. Beatty, ex-acadêmico e redator de discursos de Trump, é a mesma pessoa que tuitou em 2024: "Homens brancos competentes devem estar no comando se você quer que as coisas funcionem. Infelizmente, toda a nossa ideologia nacional se baseia em mimar os sentimentos de mulheres e minorias e desmoralizar homens brancos competentes." Citado em Iyer, 2025.
2. A lógica aqui é que as exportações não vendidas de produtos como carne e frutas seriam desviadas para o mercado interno brasileiro. O aumento da oferta derrubaria os preços e reduziria a taxa de inflação.

■ Referências bibliográficas

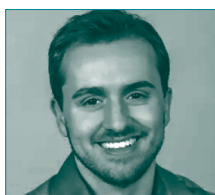
- ALVIM, Mariana (2025) "Moraes é coração da censura contra Bolsonaro, afirma subsecretário do governo Trump" na BBC Brasil, 24 de julho.
- BORGES, André (2025) A extrema direita no governo: uma ameaça às democracias da América Latina? (São Francisco: artigo preparado para apresentação em uma pré-conferência antes da conferência da Latin American Studies Association, 22 de maio).
- CANNING House (2025) 2025 – A grande oportunidade do Brasil? (Londres: Canning House).
- CARRANCA, Thais (2025) "Tarifas de Trump podem reduzir a inflação e no Brasil e ajudar Lula nas eleições", diz Samuel Pessoa in BBC Brasil , 30 de julho.
- GACEK, Stanley A. e Anthony W. Pereira (2024) "Desenha-se uma aliança não escrita entre Brasil e Estados Unidos" in Interesse Nacional , Número 67, Ano 17, Outubro-Dezembro, pp.
- GRANCHI, Giulia (2025) "Brasil dobra aposta nos BRICS e desafia Trump, disse jornal britânico" na BBC Brasil , 27 de julho.
- HITCHENS, Antonia (2025) "O dinheiro fala: Howard Lutnick, o czar das tarifas de Trump, quer que o resto do mundo pague" em The New Yorker, 28 de julho, pp. 36-45.
- PORTUGUÊS Iyer, Kaanita (2025) "Alto funcionário do Departamento de Estado que participou de uma conferência com nacionalistas brancos foi escolhido para liderar o Instituto da Paz dos EUA" no MSN, 26 de julho.
- MAGNOTTA, Fernanda (2025) "Trump e Lula pensam diferente. Encontrarão um ponto em comum?", Americas Quarterly, 22 de janeiro.
- OPPENHEIMER, Andrés (2025) "As tarifas de Trump são uma bênção para os líderes de esquerda do Brasil e do México" no Miami Herald, 18 de julho.
- PODER360 (2025) "Bolsonaro se encontra com conselheiro do governo dos EUA" in Poder360, 6 de maio.

- PRADO, Anita (2025) “Brasil desiste de disputa e é derrotado em eleição o para a Comissão de Direitos Humanos da OEA” em Veja, 11 de julho.
- ROSSI, Marina (2025) “Quatro frentes em que o governo Lula atua para reagir à tarifaço de Trump” in BBC Brasil, 7 de agosto.
- SHANNON, Thomas (2021) “Uma Verdade Delicada Sobre Uma Velha Parceria” in Revista Crusoe/DefesaNet, 1 de janeiro.
- SHERMAN, Natalie e Nadine Yousif (2025) “Trump ameaça o Brasil com tarifa de 50% e exige o fim do julgamento de Bolsonaro” na BBC News, 9 de julho.
- TORTELLA, Tiago (2025) “Lula desembarca no Chile para reuniões com líderes de esquerda” na CNN Brasil, 21 de julho.
- ESCRITÓRIO de Washington no Brasil (2025) Relações EUA-Brasil: Principais áreas e desafios sob a administração Trump (Washington DC: Documento de política do WBO).

Emendas Parlamentares: saga do esgarçamento nas relações de poder no Brasil



-
- **BRUNO MORASSUTTI** é advogado, mestre em Direito (PUCRS), especialista em Gestão de Projetos (USP/Esalq), cofundador e diretor de Advocacy da Fiquem Sabendo



- **GUILHERME FRANCE** é advogado, mestre em Direito Internacional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e gerente do Centro de Anticorrupção da Transparência Internacional – Brasil



- **JULIANA SAKAI** é diretora executiva da Transparência Brasil, formação em Relações Internacionais pela USP, mestre em Ciência Política pela Leuphana Universität (Alemanha)



- **KATIA BREMBATTI** é jornalista, foi presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo na gestão 2024-2025 é editora no Estadão Verifica



- **ROBERTO LIVIANU** é presidente do Instituto Não Aceito Corrupção e procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo desde 1992, é graduado em Direito e doutor pela USP
-

Peça de ficção é uma expressão com tom jocoso recorrentemente usada para designar o documento orçamentário no Brasil. Isso já mostra como as diretrizes de gastos públicos são tratadas com desrespeito no país. Mas, de uns tempos para cá, mais do que a desconsideração ao seu caráter norteador, o orçamento vem sendo usado como instrumento de barganha. A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Orçamento Impositivo em 2015, em meio à efervescência política em torno do *impeachment* de Dilma Rousseff, tornou-se medida de empoderamento de parlamentares

Depois de sentir o gostinho do dinheiro garantido, senadores e deputados federais passaram a almejar sempre mais – na lógica de *quem ganha a mão quer o braço*. Assim, a negociação para aumentar as cifras só foi escalando, e a galope. Várias premissas passaram a ser ignoradas. Uma delas é a igualdade de condições para a disputa eleitoral. Se a exposição como parlamentar já favorecia os detentores de mandato, a possibilidade de destinação de dinheiro público a ser aplicado nas bases ampliou ainda mais as vantagens para quem já está em cargo representativo.

Não bastasse a obrigação de destinar recursos, a aplicação das emendas foi ficando cada vez menos rastreável. E aí atores importantes juntam-se à cena: Jornalismo e jornalistas. Sem cabotinismo, é preciso reconhecer que, no momento em que órgãos de controle falharam, foi a imprensa que pôs o *bode na sala* e cobrou soluções.

Em maio de 2021, por meio de uma série de reportagens no jornal *Estado de S. Paulo*, veio à tona o escândalo do Orçamento Secreto – termo que foi cunhado para mostrar como o dinheiro público estava sendo dragado sem qualquer obstáculo. As matérias apresentaram as chamadas “emendas de relator”, as RP-9, criadas em 2019 e entrando em vigor em 2020. Vale, inclusive, ressaltar o contexto em que isso aconteceu: quando esse sistema foi institucionalizado estava sendo discutida a Reforma da Previdência no Congresso, e liberar dinheiro foi visto como estratégia para conseguir a aprovação da proposta.

Foi naquele momento histórico que foram inventadas duas outras modalidades, que dão dor de cabeça a quem tenta apontar seus problemas: as chamadas emendas PIX (individuais e sem burocracia) e as de bancada. Ou seja, para passar uma votação no Parlamento, estabeleceu-se a tempestade perfeita para a liberação desenfreada de dinheiro. Esse marco é tão importante para a política contemporânea nacional que algumas pesquisas acadêmicas apontam que, juntamente com a elevação dos fundos partidário e eleitoral, foram forjados novos parâmetros para o presidencialismo de coalizão, que estava em atualização no país.

A partir das matérias sobre o Orçamento Secreto na imprensa, a então ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, concedeu liminar, posteriormente revogada – e depois confirmada em 2022 com o julgamento do mérito –, considerando inconstitucional a prática das emendas de relator (RP-9). Na conjuntura de transição de governo, já depois da eleição presidencial daquele ano, o valor das emendas individuais e de bancada passou a subir, como forma de compensação. Nesse cenário, a falta de fiscalização abriu espaço para que parlamentares cobrassem mais e mais e para que os recursos fossem destinados sem controle.

O jornalismo colocou em ação a mais famosa frase da imprensa “*follow the money*” – que ganhou notoriedade a partir do caso Watergate na década de 70 nos

Estados Unidos – e foi seguir o dinheiro. Quando o uso inadequado dos recursos públicos foi debelado, o que aconteceu foi que a corrupção acabou se sofisticando. Isso não é incomum: se um vazamento é descoberto e sanado, surge uma nova brecha. Com o fim das emendas de relator e com o aumento da pressão dos parlamentares, partindo para cima do governo para exigir benefícios para votar projetos de interesse do Executivo, foram as emendas PIX que serviram de vazão.

Conforme ficou evidenciado o descumprimento da decisão que julgou inconstitucional o Orçamento Secreto, bem como qualquer medida ou mecanismo que o reproduzisse sob outras nomenclaturas, as instituições Transparência Internacional Brasil, Transparência Brasil e Associação Contas Abertas foram admitidas como *amici curiae* na ADPF 854, que denunciavam tais fatos. Iniciou-se, sob a relatoria do ministro Flávio Dino, que assumiu o processo após a aposentadoria da ministra Rosa Wever, um processo de questionamento ao Congresso Nacional e ao Executivo sobre os desvios em questão.

■ As ações da Abraji, da PGR e do PSOL

Foi aí que entraram em jogo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), a Procuradoria-Geral da República (PGR) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7688, 7695 e 7697, respectivamente. Os processos questionam a falta de rastreabilidade das emendas individuais impositivas. Causou certa estranheza a Abraji recorrer ao Judiciário para abordar o assunto, fosse o Jornalismo que mostrava a falta de transparência e revelava que pouco tinha sido feito para conter a destinação daquela montanha de dinheiro.

Na audiência pública realizada no STF, em 27 de junho de 2025, o ministro Dino destacou que a estimativa atual está em R\$ 100 bilhões nesse tipo de gastos, pois a prática foi se espraiando por estados e municípios, sendo capilarizada Brasil afora. Com menos atenção e capacidade da imprensa para rastrear a aplicação dos recursos, não sabemos onde isso vai parar, caso o Judiciário não interrompa esse método.

Nos Estados já há 24 unidades federativas com emendas parlamentares impositivas, e 20 com possibilidade de transferências especiais. Além da capacidade mais limitada da imprensa de fiscalizar e apontar desvios, órgãos de controle cooptados, somados a um espaço cívico mais frágil, agravam ainda mais os riscos de corrupção e desvios. Até municípios avançam a passos largos na transferência do controle do orçamento público para vereadores com impactos graves sobre as lógicas eleitorais.

Cabe ao Executivo planejar e organizar as ações para prover o bem comum.

Dentro da lógica da prevalência do interesse público, o manejo orçamentário deve ser sempre tarefa desse Poder, constitucional e tecnicamente estruturado para a função de diagnosticar demandas e organizá-las com vistas à realização da eficiência, legitimidade e responsividade do gasto público. Ao Legislativo, cabe elaborar leis e fiscalizar o Executivo.

No Brasil de hoje, o Legislativo controla o orçamento, que perdeu sua unicidade lógica e sua coerência. Os ideais republicanos e princípios constitucionais de razoabilidade, moralidade, impessoalidade, eficiência, *accountability* e equilíbrio federativo vêm sendo diuturnamente conspurcados. Desde 2015, o Congresso perde legitimidade no cumprimento da tarefa de fiscalizar o Orçamento da União, por avançar em níveis sem precedentes sobre as prerrogativas do governo federal, ao qual cabe administrar e executar o conjunto de despesas e receitas do país, a partir de dados sob a lógica sistêmica da equalização de diferenças regionais e locais.

A inversão de papéis significa a quebra da cláusula pétrea da separação de Poderes e a inviabilidade do planejamento para a concretização das diversas políticas públicas, já que as emendas individuais, de bancada e Pix não exigem critérios de destinação. Rasga-se a Constituição, com a prevalência de interesses paroquiais em detrimento do interesse público. O Congresso passa a exercer a função do Executivo, determinando gastos, perdendo legitimidade para fiscalizar, o que tumultua o processo. Daí a inconstitucionalidade da hipertrofia das emendas parlamentares.

Dados levantados pelo pesquisador Humberto Alencar, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, revelam que partimos, em 2014, de um montante de R\$ 200 milhões anuais em emendas para R\$ 50,4 bilhões anuais, em 2025. Nos últimos 11 anos, de 2014 a 2025, o montante de emendas parlamentares aumentou 25.100%, e, no mesmo período, o salário-mínimo subiu 109%. O fato de as emendas parlamentares destinadas sem rastreabilidade e sem critérios terem ultrapassado a dotação de 30 dos 39 ministérios da República é inominável, e subverte o bom senso, a ordem jurídica e o regime democrático. As emendas são direcionadas a projetos locais que deveriam ser financiados pelos orçamentos municipais ou estaduais, jamais com dinheiro federal.

Desde a sua concepção e definição, até a sua execução, o orçamento sofre problemas estruturais. Compreender e buscar resolver ou, ao menos, atenuá-los é necessidade elementar para o país avançar no cumprimento de objetivos fundamentais de construir uma sociedade livre, justa e solidária. Embora a Constituição de 1988 e leis posteriores, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, tenham avançado com os requisitos de transparência orçamentária, estamos longe

do cenário ideal, em que o cidadão possa ter condições de fiscalizar onde foi gasto o dinheiro público.

O orçamento deveria ser o resultado de processo de deliberação coletiva e participativa em que sociedade e seus representantes alocam o dinheiro público de acordo com necessidades e prioridades escolhidas. O atual processo de corrosão orçamentária, decorrente do Orçamento Secreto, subverte essa lógica, pois o Congresso Nacional adota como princípio a destinação de emendas pelo compadrio e clientelismo.

O plano orçamentário fundamentado, participativo e baseado em dados e evidências perde espaço para a emenda parlamentar decorrente do “contato conhecido” ou da pura e simples compra de votos. Com isso, reforça-se a percepção de que congressistas não estão preocupados com interesses do país, mas sim com interesses pessoais e paroquiais. Perde-se a legitimidade e a confiança no Parlamento.

O processo de captura do orçamento público mediante emendas dos congressistas desestabilizou o equilíbrio institucional entre os poderes. O Poder Executivo, com espaço discricionário para execução de despesa cada vez menor, acaba forçado a adotar estratégias para evitar ou discutir questões consideradas sensíveis às bancadas parlamentares, pois não tem capacidade de utilizar o orçamento como instrumento de barganha. Por sua vez, o Poder Judiciário, em particular o STF, tem sido chamado a atuar neste cenário, seja pelo Poder Executivo, que busca evitar conflitos diretos, seja pela sociedade civil.

O fato de as emendas parlamentares subverterem a lógica de alocação normal do orçamento, não resultando de processo de deliberação coletiva, acarreta acirramento de conflitos judiciais relacionados ao tema. Partidos políticos que, por seu tamanho ou posição no Parlamento, não tenham participado do processo de alocação de recursos para emendas acabam tendo incentivos para questionar este tipo de execução orçamentária.

Neste contexto de conflitos envolvendo o orçamento público, o STF ganha destaque na mediação de conflitos entre Executivo, Legislativo e sociedade civil. O STF busca reorganizar e recolocar o orçamento público sob as regras exigidas pela Constituição Federal. No âmbito da ADPF 854, a corte tem firmado limites claros ao uso de emendas parlamentares, exigindo transparência, prestação de contas e *accountability*, a despeito da resistência de congressistas. No cenário atual de polarização política, as decisões da Corte contribuem para o fortalecimento de sua legitimidade institucional.

■ É crônico o frágil processo de elaboração do orçamento

A crise orçamentária no Brasil não decorre apenas da hipertrofia das emendas parlamentares, mas também da fragilidade estrutural do próprio processo de elaboração do orçamento. A proposta apresentada pelo Executivo traz ações excessivamente genéricas, capazes de abrigar praticamente qualquer tipo de emenda que os 594 congressistas desejem apresentar.

Para reverter esse quadro, é fundamental que o Executivo assuma plenamente sua responsabilidade constitucional e prepare peças orçamentárias claras, específicas e consistentes, com ações bem delimitadas, objetivos concretos e metas mensuráveis a partir do Plano Plurianual. O orçamento anual deve ser distribuído de acordo com a forma como cada despesa impacta essas metas, cabendo ao Legislativo emendar apenas mediante a retirada de recursos de uma área para destiná-los a outra.

Essa mudança é necessária para romper com o pacto de mediocridade hoje existente entre Legislativo e Executivo, como descreve Rita Santos, especialista em finanças públicas do Instituto Internacional de Inovação em Políticas Públicas e Soluções (3Ipês). O orçamento público deve ser encarado como um *trade-off*: cada nova despesa precisa ser justificada à luz das prioridades nacionais, impondo escolhas transparentes sobre o que será reduzido ou eliminado.

Dessa forma, atribui-se ao parlamentar que propõe uma emenda o custo de *accountability*, ao ter de justificar com critérios objetivos e claros, a necessidade da realocação. Somente assim será possível encerrar o “cheque em branco” que o Executivo concede anualmente ao Legislativo, ao deixar espaços vazios no orçamento para preenchimento arbitrário. Prática que, reafirmamos, viola o desenho constitucional e perpetua a captura do interesse público por interesses privados e locais.

As decisões do STF têm contribuído parcialmente para melhorar a transparência e a rastreabilidade, mas ainda não conseguiram impor mudanças profundas na lógica de construção e emendamento do orçamento. A Lei Complementar nº 210/2024, aprovada em resposta a determinações da Corte, estabeleceu normas para a proposição e execução de emendas parlamentares, mas foi elaborada de forma açodada pelo Congresso Nacional, sem participação da sociedade.

Isso revela a falta de interesse em alterar de fato a lógica de um orçamento mais bem desenhado. Embora a Lei traga avanços no planejamento e na prestação de contas das emendas Pix, ainda permite que emendas de bancada sejam utilizadas para praticamente qualquer finalidade. Ao classificar como prioritárias

as áreas amplas, como Educação, Saúde e Habitação, o Congresso incorreu em generalizações que esvaziavam o próprio conceito de prioridade: quando tudo é prioridade, nada é prioridade.

Os impactos dos desvios produzidos pelas emendas parlamentares podem ser sistematizados em três categorias:

- (i) Pulverização dos riscos de corrupção: os recursos alocados por meio de emendas parlamentares têm se concentrado em pequenos e médios municípios pelo Brasil. São justamente esses os entes federativos que contam com políticas e estruturas de controle e transparência mais frágeis. Por isso, não é surpresa que tenham se proliferado os escândalos de corrupção envolvendo a aplicação de recursos oriundos de emendas parlamentares.
- (ii) Prejuízos para políticas públicas: a destinação dos recursos de emendas parlamentares, com frequência, não obedece a critérios técnicos, o que pode contribuir para a alocação de recursos em projetos não prioritários, o aprofundamento de desigualdades e as ineficiências alocativas. Exemplos disso alcançam as áreas da saúde, educação e saneamento básico.
- (iii) Desvios eleitorais: o controle de verbas discricionárias produz benefícios eleitorais para parlamentares que controlam as maiores porções do orçamento e para seus grupos políticos. Contribui-se, assim, para a perpetuação no poder desses parlamentares. Nas eleições de 2022 já foi possível identificar a substancial vantagem eleitoral que obtiveram os/as parlamentares com relação à eleição anterior e o impacto positivo em suas votações produzido pela destinação de recursos às suas bases eleitorais.

Recentemente, as taxas de reeleição nas prefeituras cujas cidades receberam mais recursos de emendas foram mais altas do que as demais. Já há indícios de que prefeitos que recebem mais recursos de emendas conseguem reduzir o nível de concorrência nas eleições, já que isto desencoraja concorrentes.

Ficou evidente que, no ritmo atual, o aumento das emendas parlamentares acelerado consumirá todo o orçamento discricionário da União, prejudicando gravemente a capacidade de investimento do governo federal. No nível local, tem incentivado a irresponsabilidade de gestores, ao possibilitar que a máquina pública seja inflada sem lastro permanente em receitas perenes.

Diante desse quadro, é urgente que o Judiciário — em especial o STF — siga atuando para garantir que a alocação dos recursos em respeito aos princípios constitucionais de eficiência, transparência e redução das desigualdades regionais.

Como demonstrado em 2024, o Congresso responde de forma clara à linguagem do congelamento da execução orçamentária.

Para que mudanças estruturais avancem diante das poderosas forças políticas do Congresso, é imprescindível a participação ativa da sociedade civil. Somente assim será possível legitimar a construção de um orçamento público mais técnico, transparente, participativo e submetido a freios institucionais, capaz de restaurar a confiança da população no processo democrático e recolocar a política orçamentária a serviço do interesse coletivo. ■

República das Bets: riscos e silêncios no jornalismo esportivo



■ **ALISSON COELHO** é jornalista, doutor em Comunicação e com pós-doutorado pela Universidade Brasília. É professor e coordenador do curso de Jornalismo da Universidade Feevale e pesquisador na área, vencedor do Prêmio Adelmo Genro Filho de Pesquisa

O gráfico animado mostra os países de onde vieram os maiores números de acessos a sites de apostas entre 2010 e 2023. É como se fosse uma corrida, ainda que seja difícil entender quem vence nesse jogo. Reino Unido e Estados Unidos se alternam na liderança e a situação se mantém estável até que surge um ator novo, que não aparecia na lista até 2018. É o Brasil.

A trajetória ascendente não pode ser chamada de curva, lembra mais o traçado de um foguete. Menos de um ano após o decreto de dezembro de 2018, que abriu a possibilidade de operação de sites de apostas on-line no Brasil, o país saltou do 12º para o 2º lugar em acessos às plataformas. Em 2020, assumia a liderança absoluta.

Se essa fosse uma corrida, o Brasil seria um vencedor incontestado. O conjunto de sites de apostas registrados sob o domínio **.bet.br**, de uso exclusivo das casas de apostas legalizadas aqui, ocupa hoje a 2ª posição no ranking de acessos do país. Está atrás apenas do Google. Dados da SimilarWeb mostram que, no último mês de julho de 2025, foram 2,1 bilhões de acessos às plataformas de jogo on-line¹.

Nessa corrida, no entanto, há pouco a comemorar. Menos de cinco anos após o início da temporada de apostas virtuais, os resultados são alarmantes: redução no consumo das famílias², endividamento³, diminuição da entrada de jovens no ensino superior em função de gastos com apostas⁴, indícios de uso de bets para lavagem de dinheiro pelo crime organizado⁵, aumento de transtornos psicológicos como vício em jogos, ansiedade e depressão em apostadores⁶.

Com todos estes problemas seria razoável crer que as casas de apostas digitais estivessem no topo da lista de prioridades do debate público, mas não é o que

se percebe. O governo federal optou por uma legislação tímida, focada em regulamentar as casas e na arrecadação de impostos, sem considerar os impactos sociais negativos do setor. Já a CPI das Bets, instalada na Câmara dos Deputados, em novembro de 2024, não entregou resultados significativos, sendo lembrada mais por depoimentos pitorescos de subcelebridades do que por sua apuração.

Enquanto o mundo político se move na direção de outros interesses, a esfera pública parece alheia aos impactos negativos das *bets*. Aqui e ali, circulam nas plataformas digitais conteúdos que alertam para o seus malefícios, mas a repercussão desses materiais é inversamente proporcional à quantidade de influenciadores que as divulgam.

Na imprensa, menos dependente dos humores dos algoritmos, tampouco o cenário é melhor. Reportagens críticas aparecem pontualmente, na maioria dos casos, amparadas em estudos divulgados por terceiros. Uma cobertura reativa, sem um fluxo sistemático de investigação e denúncia. Ainda que não se possa caracterizar a cobertura como uma espiral do silêncio, nos termos definidos pela cientista de dados Noelle-Neumann em função de matérias episódicas, é certo que há uma assimetria clara entre a promoção massiva e a denúncia eventual de seus efeitos sociais.

■ Uma vaca sagrada esculpida em ouro

A relação entre o jornalismo e seus financiadores é tema recorrente desde que a imprensa se consolidou como ator central da conversação pública. As tensões entre interesse público e dependência econômica atravessam a história da atividade jornalística e permanecem evidentes em sua prática contemporânea. Exemplo dessa reflexão aparece na peça *O Mercado de Notícias*, escrita por Ben Jonson em 1625, que de forma alegórica já denunciava as ambiguidades entre informação, poder e mercado.

Ainda no que as teóricas sociais da imprensa Christa Berger e Beatriz Marocco chamaram de a era glacial do jornalismo, e Edward Ross descrevia a supressão de notícias importantes, há um processo no qual temas relevantes ao debate público deixavam de receber cobertura midiática em função do poder exercido pelos anunciantes, que mantinham os veículos de imprensa.

No ensaio *The Suppression of Important News*, Ross apontava que determinados atores sociais, por deterem poder político e econômico, tornavam-se verdadeiras vacas sagradas do jornalismo, imunes à crítica e à exposição pública. A imprensa, ao invés de cumprir plenamente sua função fiscalizadora, acabava por ocultar fatos ou suavizar abordagens quando os interesses em questão coincidiam com aqueles que sustentavam sua própria sobrevivência. Essa denúncia precoce já

revelava a tensão estrutural entre a promessa democrática da informação e a lógica mercadológica que condiciona sua circulação.

O paralelo entre a tímida cobertura da imprensa esportiva dos malefícios das apostas on-line e a supressão de notícias importantes está posto. De acordo com a Kantar Ibope Media⁷, o setor de jogos e apostas é o que mais tem ampliado seus investimentos em publicidade, com crescimento de 47% entre 2023 e 2024. Apenas entre janeiro e agosto de 2024, sites de apostas investiram R\$ 2,3 bilhões em compra de mídia no Brasil, distribuídos entre 58% em televisão e 42% em digital. Esta é uma vaca sagrada que garante o silenciamento do jornalismo esportivo com pesados investimentos.

Tamanho aporte de recursos transformou as *bets* em atores onipresentes na cobertura esportiva. Da propaganda no show do intervalo, passando pelas placas à beira do campo, brilhando nos bonés e camisetas de apresentadores e comentaristas, as casas de apostas são presença garantida em praticamente todo o conteúdo massivo sobre esportes no país, com as *odds* cantadas em prosa e verso em programas de rádio e televisão.

O protagonismo é ainda mais evidente no futebol. Atualmente, todos os 20 clubes da Série A do Campeonato Brasileiro possuem contratos de patrocínio com *bets*, de acordo com um levantamento da Fothub⁸. O mais impressionante deles foi firmado pelo Flamengo neste ano: O acordo com a Betano vai durar três anos e quatro meses e prevê um valor entre R\$ 250 milhões e R\$ 268,5 milhões por ano.

Isso vale para as emissoras detentoras dos direitos de transmissão do Brasileirão (aliás, Brasileirão Betano, uma casa de apostas comprou o direito de dar nome ao certame) na televisão aberta e fechada no YouTube. Globo, Record e CazéTV têm, entre os seus principais anunciantes, as maiores *bets* em operação no Brasil. Se a presença de *bets* é constante nos espaços mais nobres do esporte brasileiro, a mesma tendência se espalha para a imprensa local e para pequenos canais nas redes sociais. Pequenos e médios veículos de imprensa encontram no dinheiro abundante dos jogos on-line uma fonte de receita que subsidia coberturas dos maiores aos menores campeonatos.

Enquanto o dinheiro dos apostadores paga pelas coberturas esportivas, matérias investigativas passam ao largo da editoria de esportes. Tradicionalmente, a seção de esportes pende mais ao entretenimento do que ao jornalismo informativo. A cobertura esportiva, especialmente no Brasil, adota cada vez mais estratégias de espetáculo, privilegiando emoção, narrativa e dramatização em detrimento da investigação. Com essa característica preponderante, o jornalismo esportivo deixa de enfrentar temas sociais mais complexos, enquanto especula sobre a queda de treinadores ou

possíveis contratações dos clubes. O professor e pesquisador Gavin Weedon faz uma revisão crítica e sistemática sobre como os manuais e guias de jornalismo esportivo muitas vezes omitem orientações para cobertura de temas sociais, mostrando uma negligência com o jornalismo de qualidade que vá além do entretenimento esportivo.

Nessa esteira, pautas fundamentais perdem espaço na imprensa. Escândalos de manipulação de apostas ganham espaço apenas a partir de investigações policiais, nunca por obra do jornalismo investigativo. Os problemas econômicos e psicológicos gerados em um país que viu nas apostas uma solução rápida para a falta de dinheiro são negligenciados, enquanto as escalas são dadas com exclusividade e alarde.

■ Nas plataformas digitais, mais dinheiro e mais silêncio

Se no jornalismo profissional os problemas gerados pelas apostas aparecem em pautas ocasionais, nas plataformas digitais a lógica de seu funcionamento garante que o potencial apostador não seja incomodado por dúvidas quanto aos riscos de usar o pouco dinheiro que se tem em jogos de azar. O investimento em influenciadores digitais é massivo e tem mostrado resultados altamente positivos para as casas.

Estudo sobre o tema, que analisou a circulação de conteúdos relacionados ao Jogo do Tigrinho no YouTube brasileiro, compreendeu a dinâmica dessa circulação, os seus autores coletaram e examinaram mais de 7,5 mil vídeos, cerca de 159 mil comentários e 4 mil canais, publicados entre janeiro de 2023 e julho de 2024, para classificar os comentários em posições favoráveis, contrárias ou neutras em relação ao jogo.

Os resultados revelaram uma assimetria expressiva na circulação de opiniões. Comentários favoráveis foram majoritários, mais repetitivos, com vocabulário limitado e alta similaridade lexical, sugerindo indícios de promoção coordenada ou até automatizada. Já as manifestações contrárias foram numericamente menores e a partir de contas de menor alcance. Os autores concluem algo visível a quem usa as redes sociais: o YouTube atua como amplificador da normalização das apostas on-line, favorecendo a promoção massiva em detrimento da visibilidade das vozes críticas.

Essa forma de atuação não é exclusividade do YouTube. Plataformas como TikTok e Instagram também se consolidaram como vitrines privilegiadas para as *bets* esportivas e para jogos de azar como o Tigrinho. Ali, influenciadores digitais, amparados por milhões de seguidores e por contratos milionários,

transformam-se em peças-chave da engrenagem promocional. Suas narrativas de ganhos fáceis encontram eco em uma população marcada por baixa educação midiática e financeira, criando um ambiente fértil para a expansão do jogo e para o agravamento de seus impactos sociais.

Nas redes, as grandes estrelas são os cassinos virtuais. Segundo o Banco Central, brasileiros destinaram até R\$ 30 bilhões por mês para apostas no 1º trimestre de 2025⁹. Esse volume impressiona não apenas pelo impacto direto na renda das famílias, mas também pelo perfil do gasto: segundo a própria instituição, cerca de R\$ 3 bilhões mensais têm origem em beneficiários do Bolsa Família, o que revela a penetração do jogo em camadas sociais mais vulneráveis.

Entre jornalistas a atuação não é menos questionável. As *bets* se tornaram as principais impulsionadoras do que, no senso comum, tem sido chamado de jornalismo identificado, aquele em que profissionais de imprensa declaram sua torcida por um determinado clube e passam a atuar de forma híbrida entre jornalista, comunicador e torcedor especializado. Essas coberturas são realizadas, principalmente, em plataformas de mídias sociais, na maioria das vezes, oferecidas por casas de apostas.

Especialistas alertam que a força desse mercado digital, ancorado em narrativas de ganhos fáceis e na publicidade agressiva, contribui para o endividamento crescente, a retração do consumo em outros setores e a normalização cultural do jogo como forma de entretenimento cotidiano. Nesse cenário, a imprensa brasileira enfrenta o dilema de noticiar de forma crítica um setor que, ao mesmo tempo, tornou-se um de seus principais financiadores por meio de volumosos contratos publicitários.

■ Retorno aos códigos deontológicos do jornalismo

A regulamentação das casas de apostas no Brasil é um fenômeno recente, ainda que o país conviva pacificamente há muito tempo com jogos de azar considerados ilegais. A convivência naturalizada com o Jogo do Bicho é um exemplo de nossa tradição em ajustar interesses e silenciar ao que deveria escandalizar. Países com um histórico mais amplo de discussões sobre os perigos das apostas apresentam elementos que podem inspirar iniciativas que mitiguem os danos.

O Reino Unido adota limites rígidos para publicidade, exigindo avisos claros sobre os riscos do jogo e restringindo campanhas que possam atingir menores de idade¹⁰. Os clubes da Premier League acordaram com a retirada voluntária das casas de apostas dos espaços nobres de suas camisetas, mostrando um caminho consciente para os grandes clubes mundiais.

Na Espanha, a publicidade de casas de apostas foi fortemente limitada em 2021, passando a ser permitida apenas de madrugada e proibida em camisetas de clubes de futebol¹¹. Já a Austrália¹² avançou com regras para identificar jogadores problemáticos e impor limites de perda, em uma tentativa de conter a escalada do vício em jogos. Esses modelos mostram que a regulação não se limita à arrecadação, mas precisa incluir políticas de saúde pública e de comunicação responsável.

Aqui, a legislação ainda é recente e tímida. Pouco se avançou em restrições publicitárias, em mecanismos de proteção ao consumidor e em políticas específicas para jovens e populações vulneráveis, algo já visto em outras situações anteriormente não apenas no Brasil. Um caminho possível seria inspirar-se nas experiências internacionais, impondo limites claros à propaganda, principalmente em horários nobres e em plataformas digitais, além de criar instrumentos de prevenção, como limites automáticos de gastos e campanhas permanentes de conscientização. A responsabilização das plataformas de mídias sociais digitais também é indispensável para que se coíbam abusos.

Ao jornalismo, cabe um retorno aos princípios deontológicos que norteiam as boas práticas da imprensa. É fundamental discutir códigos de conduta, blindagens editoriais e mecanismos de autorregulação que permitam à imprensa noticiar com rigor e independência, mesmo quando seus maiores anunciantes são objeto da cobertura. A credibilidade do jornalismo depende justamente dessa capacidade de se colocar ao lado do interesse público, e não apenas da lógica de mercado. ■

■ Notas

1. Disponível em <https://www.similarweb.com/top-websites/brazil/>. Acesso em 2 de setembro de 2025.
2. A CNC (Confederação Nacional do Comércio) estimou que as apostas on-line causaram perdas de R\$ 103 bilhões ao varejo em 2024, comprovando impacto negativo direto no consumo das famílias.
3. Pesquisa do Instituto Locomotiva mostrou que 86% dos brasileiros que fazem apostas esportivas online estão endividados.
4. Uma pesquisa da Educa Insights revelou que 35% dos entrevistados não iniciaram um curso superior no período devido a gastos com apostas.
5. A Operação *Integration*, conduzida pela Polícia Federal em setembro de 2024, desmantelou um esquema que teria movimentado quase R\$ 3 bilhões em recursos de origem ilícita, envolvendo celebridades e casas de apostas suspeitas.
6. O número de brasileiros que perceberam que as apostas se tornaram um vício e procuraram ajuda profissional no Centro de Apoio Psicossocial (Caps), do Sistema Único de Saúde (SUS), aumentou 206% entre 2021 e 2024, segundo dados do Ministério da Saúde.
7. Disponível em <https://foothub.com.br/site/quais-os-patrocinadores-dos-clubes-brasileiros/>. Acesso em 3 de setembro de 2025.

8. Disponível em <https://kantariobopemedia.com/conteudo/investimento-publicitario-cresce-dois-digitos-no-brasil-pela-primeira-vez-em-tres-anos/>. Acesso em 1 de setembro de 2025.
9. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-04/apostadores-destinam-ate-r-30-bi-por-mes-bets-informa-bc>. Acesso em 3 de setembro de 2025.
10. Gambling Commission. *New rules to strengthen protections around gambling advertising*. 2022. Disponível em: <https://www.gamblingcommission.gov.uk/news/article/new-rules-to-strengthen-protections-around-gambling-advertising>. Acesso em 2 setembro de 2025.
11. Real Decreto 958/2020, de 3 de *noviembre*, de *comunicaciones comerciales de las actividades de juego*. *Boletín Oficial del Estado*, Madrid, 4 nov. 2020. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2020-13489>. Acesso em 2 setembro de 2025.
12. *Department of Social Services. National Consumer Protection Framework for Online Wagering*. Canberra, 2022. Disponível em: <https://www.dss.gov.au/communities-and-vulnerable-people-programs-services-gambling/national-consumer-protection-framework-for-online-wagering>. Acesso em 2 setembro 2025.

■ Referências bibliográficas

- BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. *Era glacial do jornalismo*. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Ética no jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2008.
- COELHO, Alisson. O jornalismo esportivo e as bets: uma aposta arriscada. *Observatório da Imprensa*, 26 jun. 2023. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/futebol/o-jornalismo-esportivo-e-as-bets-uma-aposta-arriscada/>. Acesso em: 5 set. 2025.
- COELHO, Alisson; PAULINO, Fernando; ROTHBERG, Danilo. Introdução: Um mercado de notícias, ou notícias de mercado, se preferir. In: JONSON, Ben. *O mercado de notícias: uma comédia encenada no ano de 1625 pelos Servos de Sua Majestade*. Tradução de Jorge Furtado e Liziane Kugland. Bauru: Cultura Acadêmica, 2025. [No prelo].
- FURTADO, Jorge (dir.). *O Mercado de Notícias* [documentário]. Porto Alegre: Casa de Cinema de Porto Alegre, 2014.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- JONSON, Ben. *O mercado de notícias: uma comédia encenada no ano de 1625 pelos Servos de Sua Majestade*. Tradução de Jorge Furtado e Liziane Kugland. Bauru: Cultura Acadêmica, 2025. [No prelo].
- LIVIANU, Roberto. *Publicidade de jogos de azar no Brasil*. São Paulo: Instituto Não Aceito Corrupção, 2024.
- MARQUES, José Carlos; MOURA, Cláudio. *Esporte espetáculo: jornalismo e entretenimento*. São Paulo: Annablume, 2015.
- MORAIS, Pedro; OLIVEIRA, Bruna; ALMEIDA, Lucas; BENEVENUTO, Fabrício. *Fortune Tiger e YouTube: circulação de conteúdos sobre apostas no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2025.

- ROSS, Edward. The suppression of important news. The Independent, New York, 1910.
- SIMILARWEB. Relatório sobre acessos a sites de apostas no Brasil. Tel Aviv:
SimilarWeb, 2025. Disponível em: <https://www.similarweb.com/>. Acesso em:
5 set. 2025.
- SOARES, Ismar de Oliveira. Educação midiática e cidadania. São Paulo: Paulinas, 2011.
- SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- STIGLER, George. The theory of economic regulation. The Bell Journal of Economics and Management Science, v. 2, n. 1, p. 3-21, 1971
- WEEDON, Gavin. A critical review of sports journalism handbooks. Journalism Studies, v. 19, n. 3, p. 345-361, 2018.

Entre a desesperança e a esperança: o papel do jornalismo



■ **RODRIGO LARA** é jornalista, conselheiro do InovaUSP e da Agência Estado. Foi diretor da Agência Estado, secretário de Redação do Jornal da Tarde, pesquisador afiliado ao MIT Media Lab e presidente da SOS Mata Atlântica

Estamos imersos em uma crise histórica de longa duração. Os pilares que sustentaram a democracia liberal do século 20 – representação política, jornalismo profissional, instituições reguladoras, pactos de coesão social – sofrem processo de desestruturação progressiva. A explosão informacional trazida pela internet não produziu mais esclarecimento. Ampliou o ruído, fragmentou consensos e corroeu formas tradicionais de mediação. O jornalismo, paralisado em sua arrogância institucional, não soube compreender a emergência do novo ambiente em rede. As plataformas digitais, ao contrário, não hesitaram: capturaram rapidamente o centro da esfera pública, reconfigurando as formas de circulação de informação, opinião e afeto.

Embora a literatura crítica internacional acumule diagnósticos relevantes sobre a colonização algorítmica e o declínio das instituições intermediárias, é notável – e preocupante – o silêncio generalizado, inclusive no jornalismo, sobre a verdadeira dimensão dessa crise. Esta talvez seja a mais grave omissão pública do nosso tempo. O que proponho aqui não é apenas um diagnóstico, mas um esforço deliberado de nomear essa dissolução como uma crise estrutural e civilizacional, com a qual o jornalismo tradicional se mostrou, até aqui, incapaz de lidar.

Não relato apenas uma experiência pessoal, mas a trajetória de uma geração que acreditou na função pública do jornalismo e assistiu, perplexa, ao seu esvaziamento como mediador qualificado da opinião pública. Minha trajetória – do *Jornal da Tarde* e da *Agência Estado* à criação da Broadcast e ao diálogo com o MIT Media Lab – revela que o caminho não está na nostalgia nem na resistência passiva, mas na reinvenção ativa do jornalismo como infraestrutura pública de articulação social. Na virada do milênio, ao mergulhar nas pesquisas do Media Lab, compreendi que não vivíamos apenas uma revolução tecnológica, mas uma profunda e irreversível transformação epistemológica.

Foi Harold Innis, autor de *O Viés da Comunicação* e pai da Escola de Toronto, quem melhor formulou essa chave interpretativa: a forma como uma sociedade

se comunica determina sua estrutura de poder. Ao estudar a transição dos impérios orais para os escritos – dos registros em pedra à imprensa de massa –, mostrou como o tempo social é moldado pelos meios de registro e transmissão da informação. Mais que isso: o meio técnico dominante molda o próprio ambiente social, delimitando as possibilidades de organização política, econômica e cultural. McLuhan, seu discípulo mais conhecido, levou essa ideia adiante. Ao afirmar que “o meio é a mensagem”, deslocou o foco do conteúdo para a forma da mediação. Televisão, rádio, jornal – cada meio conforma uma sensibilidade e uma lógica de organização social.

Hoje, a internet, com sua capacidade de retroalimentação em tempo real, constitui um novo sistema nervoso coletivo: um ambiente cognitivo global estruturado por tecnologias que transcendem fronteiras e operam em ritmo contínuo. Mas, pela primeira vez na história, essa infraestrutura técnica está concentrada nas mãos de poucos atores privados, sem mediação pública e sem projeto democrático correspondente.

Mesmo em crise, os jornais ainda exercem influência simbólica – citados por autoridades, lidos por formadores de opinião, referenciados por outras mídias. Mas é uma influência terminal, sem futuro, se não houver reconfiguração estrutural. O jornalismo precisa deixar de ser apenas um produtor de conteúdos e retomar seu papel como arquitetura informacional: organizador de fluxos, mediador de sentidos, articulador de redes.

Essa função foi esvaziada não pela obsolescência de sua missão, mas pela incapacidade institucional de compreender e ocupar o novo ambiente em rede. A internet, concebida nas décadas de 1960 e 70 como infraestrutura descentralizada e resistente ao controle, foi rapidamente capturada por interesses corporativos. Google, Facebook, Amazon e outras empresas surgidas em garagens ocuparam o vácuo deixado por um jornalismo preso à lógica do broadcast.

O resultado é uma arquitetura algorítmica voltada à maximização do engajamento, que expõe o público à manipulação informativa em escala industrial e coloniza a esfera pública com interesses comerciais disfarçados de neutralidade técnica. O poder informacional, antes disperso em múltiplos centros de mediação, hoje está concentrado em poucas corporações que controlam não apenas os fluxos de atenção, mas as condições para a produção social de sentido.

■ Do caminho das palavras à arquitetura da escuta

Carrego a História como lente e vejo a rede como extensão das antigas trilhas culturais: as rotas atlânticas que expandiram a economia mediterrânea; os peabirus

que cruzavam os Andes e o litoral brasileiro e serviram de base para a aventura do bandeirismo, a expansão das nossas fronteiras e a ocupação do interior; os caminhos do telégrafo que unificaram o território nacional; as rotativas que ajudaram a consolidar os Estados-nação. A rede é, agora, a nova trilha, fluida, fragmentada, repleta de bifurcações e zonas de sombra. Como aquelas trilhas do passado, ela redefine os circuitos do poder e da circulação. Mas vai além: conecta consciências, reorganiza o espaço público e inaugura um novo estágio da humanidade

Inspirado por meu bisavô Júlio Mesquita – que, por meio de sua atuação como empresário e jornalista, foi um dos principais articuladores das redes sociais e de interesse que estruturaram São Paulo no início do século 20 –, dediquei minha trajetória jornalística também à compreensão de como se organizam os fluxos de informação na sociedade. Em 1991, na Agência Estado, ao lançar a Broadcast, sabíamos que estávamos criando um protótipo do que viria: uma estrutura de informação em tempo real, personalizada, dinâmica e interativa – embrião da lógica em rede que depois se tornaria dominante.

A diferença é fundamental: a Broadcast nasceu com responsabilidade editorial, ancorada em critérios de curadoria e compromisso com a veracidade. Já as plataformas sociais – apesar de seu potencial exponencial de crescimento – foram concebidas com um único objetivo: monetizar a atenção. E é justamente aí que começa o problema.

A imprensa tradicional, presa à lógica do século 20, ignorou que a nova mídia era interativa. Quando percebeu, já era tarde. Em vez de assumir o papel de curadora dos fluxos, preferiu simular a estética digital e disputar cliques. Transplantou a lógica do papel para a *web* como um cadáver reanimado.

As redações seguiram produzindo para o público, não com ele. Ignoraram o canal de volta – e perderam o centro do processo democrático. Enquanto isso, os algoritmos aprenderam a explorar o medo, o tribalismo e o consumo. A esfera pública foi colonizada.

As *Big Techs* deixaram de ser apenas empresas: tornaram-se plataformas essenciais à democracia contemporânea, controlando a infraestrutura social por onde nos comunicamos, nos organizamos e tomamos decisões coletivas. Mas essa centralidade não veio acompanhada de um sistema de governança compatível com a responsabilidade que passaram a exercer.

Quem controla os fluxos de atenção controla a opinião pública. As plataformas sabem disso. Seus algoritmos não são neutros: moldam o que vemos, como interagimos, até como votamos.

Hoje, cinco ou seis empresas – todas de tecnologia – têm poder de manipular a esfera pública global. Um poder inédito. Nem a Igreja medieval, nem os impérios da imprensa ou a TV dos anos 1960 tiveram alcance comparável. Pior: é um poder opaco, automatizado e orientado por cliques, não por um debate saudável.

A Comissão Europeia reconheceu isso em 2018, ao inspirar os primeiros marcos de regulação digital na Europa. Seu relatório mostrou que os algoritmos priorizam engajamento e monetização, amplificando a polarização, espalhando desinformação e corroendo o tecido democrático. Concluiu que não basta regulação ou checagem, é preciso restaurar a coesão simbólica por meio de narrativas públicas potentes.

Ao propor uma abordagem interdisciplinar – unindo psicologia, ciência política, jornalismo, computação e educação –, o documento aponta que a desordem informacional exige mais do que ajustes técnicos: requer reconstrução coletiva da confiança pública.

Na narrativa dominante, diz-se que a desinformação se combate com “educação midiática”. Como se o cidadão comum tivesse a obrigação de entender algoritmos, filtros-bolha e fluxos patrocinados. É uma falácia e uma perversidade.

O próprio relatório reconhece isso: a educação midiática deve ser um esforço cívico em larga escala, envolvendo educadores, jornalistas, ONGs, plataformas e políticas públicas – não um fardo individual. A responsabilidade pela qualidade do ambiente informacional é institucional, ética, política e regulatória. Mas as plataformas evitam essa responsabilidade. E parte da imprensa, ao ecoar esse discurso, torna-se cúmplice.

■ Musk, Trump e o colapso do espaço público

O que testemunhamos é a convergência entre regimes autoritários eleitos e a infraestrutura informacional dominada pelas *Big Techs*. O caso americano é emblemático: Donald Trump ameaça prender jornalistas, semeia ódio contra a imprensa e, ao mesmo tempo, foi cortejado por figuras como Elon Musk, que controla uma das principais plataformas de circulação de discurso político. Essa aliança é tácita, mas eficiente, pois regimes como o de Trump deslegitimam a imprensa, enquanto as plataformas desestruturam sua base econômica e capturam sua audiência. Ambas têm interesse em um jornalismo fraco – uma quer evitar o escrutínio; a outra, monopolizar a atenção. Contudo, a relação entre Estado e plataformas é mais ambígua do que uma simples aliança: moldam-se mutuamente, ora se cooptam, ora se confrontam.

O recente rompimento público entre Musk e Trump após divergências sobre subsídios, regulação e posturas institucionais expôs as tensões internas desse arranjo informal, mas estrutural. A lógica de cooptação permanece, mas os atores já disputam o protagonismo da esfera pública.

Esse embate aparece nos conflitos regulatórios em democracias marcadas por crises de representação e erosão da mediação jornalística. Na Hungria, Viktor Orbán subordinou a imprensa e instrumentalizou as plataformas. Na Rússia, o Kremlin promoveu redes locais e explora brechas em plataformas globais para desinformação. Na China, o controle é total, com bloqueio de redes ocidentais, vigilância e regulação que transforma *apps* em extensões do Estado.

Na Índia, Narendra Modi pressiona plataformas, reforça leis de controle e mobiliza redes para campanhas nacionalistas. Nas Filipinas, Rodrigo Duterte usou o Facebook para consolidar apoio e atacar opositores.

No Brasil sob Bolsonaro, as plataformas digitais deixaram de ser apenas meios e passaram a integrar uma verdadeira rede social de fato, centralizada no entorno familiar do poder, com Carlos Bolsonaro atuando como *publisher* – definindo pautas, controlando edições, operando sistemas de distribuição e mecanismos de cooptação. WhatsApp, X (ex-Twitter) e Facebook tornaram-se canais centrais da comunicação oficial do governo. A base foi mobilizada digitalmente para atacar a imprensa, hostilizar adversários e deslegitimar instituições. O caso brasileiro revela, com nitidez, como a lógica das plataformas pode ser instrumentalizada para corroer a esfera pública e minar os fundamentos da mediação democrática.

Nesse cenário, o jornalismo não pode mais se limitar a informar — precisa reconstruir o espaço comum da linguagem, da escuta e do conflito civilizado, fomentando e monitorando redes sociais reais, como a família Bolsonaro fez de forma perversa, mas com finalidade oposta. Isso exige desenvolver ambientes próprios, conectados a vínculos vivos nos territórios — entre cidadãos, educadores, cientistas, lideranças locais e jornalistas de campo —, rompendo com a lógica reativa e subordinada às plataformas. O desafio é reorganizar a esfera pública com mediações legítimas e transparentes, sustentadas não por estruturas artificiais impostas pelas *Big Techs* e aceitas pela imprensa, mas por confiança, pertencimento e corresponsabilidade.

■ Entre ruínas e reinvenções, reconstruindo a esperança

O Relatório de Desenvolvimento Humano 2025 – Uma questão de escolha: pessoas e possibilidades na era da IA, publicado recentemente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é um chamado à ação.

Segundo o documento, a reconstrução da democracia passa, necessariamente, pela reconstrução do jornalismo articulada a um novo pacto político que inclua: governança democrática das infraestruturas digitais, transparência algorítmica, responsabilização das plataformas e estímulo a ecossistemas informacionais sustentáveis. O que está em jogo é uma encruzilhada civilizatória entre emancipação e servidão algorítmica. O conceito central do relatório é o *poder agencial algorítmico*: algoritmos que moldam escolhas, organizam o visível e delimitam o possível. Treinados com dados históricos, amplificam desigualdades sob a aparência de neutralidade.

O PNUD é incisivo: o futuro da IA será determinado por escolhas políticas e institucionais, não tecnológicas. Três pilares são fundamentais: transparência, para que os critérios que orientam a operação algorítmica sejam compreensíveis e auditáveis; responsabilidade, para que decisões automatizadas possam ser contestadas e revisadas; e contestabilidade, para que haja mecanismos institucionais efetivos de revisão e correção.

Não há arranjo institucional viável sem enfrentar a extrema concentração de poder informacional e computacional nas mãos de um punhado de empresas privadas, guiadas unicamente por lucro e controle de mercado. As propostas de regulação, tal como estão sendo desenhadas, tendem a reforçar ainda mais esse domínio. Só uma ação coercitiva de alcance global – capaz de afetar diretamente seus ganhos, desmontar estruturas de monopólio e inverter os incentivos predatórios – pode, de fato, mudar o jogo. É preciso falar a única linguagem que elas entendem: o bolso

O diagnóstico do PNUD converge com a análise que Martin Wolf, principal comentarista econômico do *Financial Times*, vem desenvolvendo desde 2014: caminhamos para uma era de regimes autocráticos, impulsionados por ressentimentos de massa gerados pelo capitalismo financeiro e alavancados por plataformas digitais que concentram o poder informacional. Em *The Crisis of Democratic Capitalism*, Wolf argumenta que a sobrevivência da democracia depende de instituições intermediárias fortes e legitimadas, capazes de sustentar uma esfera pública funcional. Sem jornalismo independente, crítico e estruturado como mediação confiável, abre-se espaço para a desinformação, o tribalismo e a erosão dos fundamentos republicanos.

A questão central não é apenas regular as plataformas, mas reconstruir a esfera pública em meio a novas infraestruturas de poder. O relatório do PNUD é um chamado à ação: não podemos seguir como usuários passivos de sistemas algorítmicos. Precisamos deliberar coletivamente sobre o desenvolvimento tecnológico, a arquitetura informacional e os valores que a orientam.

Este é um ponto de inflexão civilizatório: ou criamos mecanismos institucionais para conter a lógica extrativista das plataformas, ou veremos consolidar-se um colonialismo digital que restringe liberdades, corrói a deliberação democrática e reduz a agência humana à lógica dos algoritmos. O desafio é político e exige um novo pacto social que subordine a tecnologia à emancipação, não à dominação.

O silêncio público e institucional sobre a gravidade dessa crise é, ele próprio, parte do problema. Persistir nesse mutismo equivale a legitimar a nova ordem algorítmica como inevitável e incontornável. Romper com esse silêncio é o primeiro passo para a reconstrução da esfera pública. Ou tomamos a iniciativa de desautomatizar a esfera pública e democratizar as infraestruturas digitais, ou permaneceremos como espectadores passivos da consolidação de uma nova ordem social algorítmica, na qual a liberdade e a democracia não terão mais espaço para florescer.

Não se trata apenas de propor ajustes ou inovações incrementais: é preciso coragem política, intelectual e institucional para reimaginar o jornalismo e as infraestruturas digitais como bens públicos essenciais à democracia. Esta tarefa é ainda mais urgente diante do quadro de insegurança e desesperança que hoje atravessa a humanidade – resultado da falência das formas tradicionais de representação política, do declínio da mediação jornalística e da emergência de um poder informacional opaco e concentrado.

A reconstrução da esfera pública, portanto, não é apenas um imperativo técnico ou institucional, mas uma resposta necessária ao mal-estar difuso que corrói a confiança coletiva e ameaça o próprio futuro da democracia. Este é o desafio essencial do nosso tempo, enfrentar a consolidação de uma nova ordem social algorítmica, imposta por conglomerados tecnológicos privados que hoje detêm mais poder do que muitos Estados nacionais.

Se não formos capazes de reequilibrar essa correlação de forças, a democracia será apenas um simulacro tolerado pelas plataformas, e o jornalismo, uma função residual subordinada ao mercado da atenção. ■

■ Referências bibliográficas:

- INNIS, Harold A. *O Viés da Comunicação*. Organização e introdução de Paul Heyer e David Crowley; tradução de Luiz C. Martino. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011.
- MCLUHAN, Marshall. *McLuhan por McLuhan: conferências e entrevistas*. Organização de Stephanie McLuhan e David Staines; tradução de Antônio Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – Vol. I*. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

A ideia do interesse nacional e da ferramenta diplomática



■ **PAULO ROBERTO DE ALMEIDA** é diplomata e professor, doutor em Ciências Sociais (Universidade de Bruxelas) e mestre em Economia Internacional (Universidade de Antuérpia). Dedicar-se a atividades acadêmicas e é autor de livros sobre relações internacionais, diplomacia econômica e história diplomática do Brasil

The Idea of National Interest foi o título que o grande historiador americano Charles Beard deu a um livro que publicou em 1934, em plena crise econômica e no início do *New Deal*, o programa de recuperação impulsionado por Franklin Roosevelt. O livro oferecia uma reflexão histórica de longo prazo sobre a construção do projeto nacional americano pela vertente das relações exteriores, tanto assim que o seu subtítulo era *An Analytical Study in American Foreign Policy*. Ele abre a obra citando um dos secretários de Estado dos anos 1920, Charles Hughes, que havia se pronunciado sobre o interesse nacional na política externa nestes termos:

“As políticas externas não são elaboradas sobre a base de abstrações. Elas são o resultado de concepções práticas do interesse nacional que emergem a partir de alguns requerimentos imediatos ou de fundamentos essenciais, em perspectiva histórica. Quando mantidas por bastante tempo, essas concepções expressam as esperanças e os temores, os objetivos de segurança e de engrandecimento, que se tornaram dominantes na consciência nacional, transcendendo, assim, divisões partidárias e fazendo com que se atenuem as oposições que poderiam advir de certos grupos”.

É possível que essas ideias tenham inspirado o célebre cientista político Hans Morgenthau – autor do clássico *Politics Among Nations*, publicado em 1948, o mesmo ano da morte de Charles Beard – a elaborar um outro livro, chamado justamente *In Defense of the National Interest* (1951), seguido, no ano seguinte, de um artigo sobre o mesmo tema: “*What Is the National Interest of the United States?*” (*The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, julho de 1952). O livro de Morgenthau sobre o interesse nacional americano foi republicado em 1982, e talvez tenha animado o famoso jornalista Irving Kristol a dar início, em 1985, à revista *The National Interest*, apoiada nos mesmos

princípios da escola realista, identificada com a expressão política, econômica e militar do poder americano em escala global, mas cujos fundamentos devem sempre ser construídos internamente.

Pode ser também que essa mesma publicação e sua ideia central tenham inspirado o embaixador Rubens Barbosa a lançar, em 2008, a *Revista Interesse Nacional*, fundada em concepções similares sobre as bases internas da expressão internacional do Brasil. Qual seria, então, o interesse nacional brasileiro, e que tipo de políticas e orientações econômicas melhor serviriam à sua defesa e consolidação? Difícil dizer, já que existem concepções muito diversas do que seja o interesse nacional, como já dizia o próprio Beard em 1934. O editor da nova Revista brasileira se encarregou, aliás, de expressar tal dificuldade em sua nota de apresentação:

Sendo necessariamente genérica, a noção de interesse nacional não tem uma definição precisa. De um lado, porque, sobre o que seja concreta e especificamente o interesse nacional, haverá sempre visões não coincidentes, apoiadas em valores e/ou interesses diferentes. De outro, porque a definição do interesse nacional requer um juízo informado, mas sempre político e não estritamente técnico, sobre riscos e oportunidades que se apresentam à realização dos valores e interesses de um país em cenários estratégicos de longo prazo. E estes serão, sempre, objeto de incerteza e controvérsia. (Revista Interesse Nacional, número inaugural: <https://interessenacional.com.br/edicoes/edicao-1/>)

Mas o editorial acrescentava logo em seguida: “O interesse nacional é, pois, uma construção política”, o que pode ser uma constatação óbvia, mas que não nos ajuda muito na busca por uma definição mais precisa sobre qual seria o interesse nacional brasileiro. Conceda-se, pois, que diferentes grupos políticos, e diferentes agregações de poder, representados pelas forças políticas temporariamente predominantes no sistema de governança, manifestem concepções diversas do chamado interesse nacional, e que eles defendam, portanto, suas orientações particulares, ou partidárias, com base numa legitimidade supostamente construída nas urnas, a cada escrutínio eleitoral.

■ O interesse nacional é uma construção política

Na impossibilidade de se chegar a uma definição consensual de quais seriam as expressões efetivas do interesse nacional, talvez seja melhor trabalhar com exemplos concretos do que com definições abstratas, como afirmou em 1923 o secretário de Estado Charles Hughes. Quais seriam, no caso brasileiro, as balizas mínimas sobre o que o país pretende ser como nação e como sociedade. É preciso saber o que se quer, para rejeitar o que não serve a tal fim. O editorial

da revista *Interesse Nacional* nos fornece, mais uma vez, alguns dos parâmetros que podem ser aplicados ao caso: “*A democracia e a inserção internacional são parte do interesse nacional brasileiro, aquela como valor, está como objetivo. Se a democracia é um valor que queremos preservar, e se a inserção internacional é hoje, mais do que nunca, uma condição do desenvolvimento, resta perguntar como se inserir no mundo para fortalecer a democracia e promover o desenvolvimento*”.

Se concordarmos com essa “plataforma”, democracia e inserção internacional passam a ser as palavras-chaves do interesse nacional brasileiro. Então, qualquer ação nacional que vise diminuir as bases da democracia representativa, que constitui a forma atual da governança política no Brasil, seria contrária e prejudicial ao interesse nacional brasileiro, como, por exemplo, quaisquer tentativas de golpes continuístas.

Da mesma forma, qualquer política ou medida que obstaculize a integração da economia nacional aos circuitos internacionais da interdependência econômica pode ser considerada como contrária ao interesse nacional, na medida em que diminui nossa capacidade de absorção de *know-how* e de tecnologias de ponta que são essenciais ao processo de desenvolvimento do país. O protecionismo comercial representa, nesse sentido, uma postura irracional do ponto de vista econômico, uma espécie de “stalinismo para os ricos”, ou um projeto de “capitalismo num só país” que talvez ainda encante os arautos da burguesia industrial introvertida e alguns acadêmicos ingênuos.

A democracia brasileira e a inserção internacional da nação vêm sendo, por exemplo, afastados de nosso horizonte de realizações históricas, quando o objetivo estratégico do Mercosul, alimentado pela diplomacia brasileira nos anos 1990, assim como o projeto de incorporação do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), inicialmente formulado na mesma época, permanecem em um indefinido compasso de espera, sem qualquer atuação diplomática efetiva em favor desses dois grandes objetivos, talvez não coincidentes, no momento, com concepções partidárias determinadas.

Charles Beard, no capítulo de seu livro dedicado à “*interpretation, advancement, and enforcement of national interest*”, dizia que “*By far the most important means used to advance and enforce national interest is the ‘system’, or institution, of diplomacy*”. Ele se referia, exatamente, à administração e ao funcionamento das atividades diplomáticas, bem como à “*multitude of services performed by diplomatic agents in behalf of the citizens*”, ou seja, a cobertura que um país é capaz de dar aos seus cidadãos e às empresas nacionais presentes nos mais diversos cantos do mundo.

Nesse particular, a ferramenta da política externa brasileira tem custado muito pouco à nação (menos de 1% do orçamento da União na maior parte de sua história), e tem prestado grandes serviços ao desenvolvimento da nação. Não obstante, o Itamaraty tem sido muito pouco requisitado a conceber e a empreender iniciativas para integrar o Brasil ao mundo, segundo um objetivo estratégico de interdependência econômica com as grandes democracias de mercado.

O embaixador Rubens Barbosa tem alertado, em seus muitos artigos no jornal *O Estado de S. Paulo*, e no próprio portal da *Revista Interesse Nacional*, sobre a marginalização da diplomacia profissional de alguns dos temas mais relevantes da política econômica externa do país, e até mesmo de algumas das grandes definições estratégicas relativas ao conflagrado ambiente atual de dismantelamento do multilateralismo político e econômico, sem solução imediata.

Ver a vocação tradicional da diplomacia brasileira para o exercício de uma plena autonomia decisória e imparcialidade diplomática em face de conflitos entre as grandes potências diminuída, em função de escolhas predeterminadas por interesses partidários de restrito alcance nacional, só pode atuar em detrimento da boa qualidade, do regular funcionamento e, sobretudo, da credibilidade e da respeitabilidade internacionais dessa ferramenta. Não parece, assim, ser a forma mais adequada de promover o interesse nacional. ■



“O **IRICE** é um *think tank* independente, sem vinculação com partidos ou grupos de interesse e voltado para discutir com profundidade e objetividade temas políticos e econômicos do Brasil com visão de futuro.

Sua missão é fortalecer os valores democráticos do livre comércio.

Ao promover estudos e debates sobre os diferentes aspectos das relações internacionais, o **IRICE** contribui para o exame de formas de reinserção do Brasil na economia global em rápida transformação e nos fluxos dinâmicos do comércio internacional”

Embaixador Rubens Barbosa, Presidente



IRICE)) Instituto de Relações Internacionais
& Comércio Exterior

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2413 – Sobreloja – Conj.B – Jardim Paulistano
São Paulo – SP – 1452-000 – Tel. 11 3039 63 32 – irice@irice.com.br

www.irice.com.br

18 ANOS DE COMPROMISSO COM O DEBATE QUALIFICADO DE IDEIAS E COM A RELEVÂNCIA DAS QUESTÕES DE INTERESSE PARA O BRASIL

INTERESSE NACIONAL

ANO 18 • NÚMERO 70 • JULHO-SETEMBRO 2025
www.interessenacional.com.br e www.interessenacional.com

A crise contratada
Mailson da Nóbrega

A erosão da democracia americana sob Donald Trump
Renato Janine Ribeiro

Xi Jinping, o líder incontestado da China
Cláudia Trevisan

O freio e o motor da Inteligência Artificial brasileira
Fabro Steibel

IA já é ferramenta tecnológica da diplomacia
Eduardo Gradilone

Carne bovina em tempos de mudança:
sustentabilidade e liderança global
Roberto Perosa

De quem é o futebol do Brasil?
Daniela Castro

O esvaziamento do Itamaraty e o interesse nacional
Rubens Barbosa

ANUNCIE NA INTERESSE NACIONAL



Representante nacional e internacional exclusiva desta e de mais de 100 veículos de mídia.

+ 55 11 3078.5840 | www.lemidia.com.br